

14 de agosto de 2011, às 10h59min

Crise global ressucita teorias dos estruturalistas e o Estado indutor

As recentes crises mundiais evidenciaram uma nova realidade da economia da América Latina

Por Adm. Vinicius Costa Formiga Cavaco

Autor: Silvio Ribas,

As recentes crises mundiais evidenciaram uma nova realidade da economia da América Latina: ela passou a ser estável e próspera. As turbulências também serviram para reanimar um velho debate na região sobre o papel do Estado, proposto por intelectuais desenvolvimentistas, também chamados de estruturalistas. Após décadas dominadas por instabilidade financeira, recessão e inflação elevada, os países latino-americanos gozam agora de melhores indicadores. O maior dos percalços está no risco de desindustrialização agravado pela "doença holandesa", o barateamento de importados movido por grandes lucros com exportação de commodities (produtos básicos com cotação internacional), que valorizam o câmbio via entrada maciça de dólares.

Alguns dos principais nomes do pensamento desenvolvimentista afirmam ao Correio que o Brasil precisa prestar atenção em teses que influenciaram economistas como Celso Furtado (1920-2004), Maria da Conceição Tavares e Luiz Carlos Bresser-Pereira. Edgar Dosman, sociólogo da Universidade de York, no Canadá, avalia que a elevada valorização do real pode até rimar com crescimento econômico a curto prazo, dependendo de vários fatores, como o apetite do comércio internacional e a força do sistema bancário. Mas ela aparece logo depois como grave ameaça, considerando a perda de competitividade da indústria, os custos da infraestrutura e a intensa volatilidade de capitais.

Autor da biografia de Raúl Prebisch (1901-1986), editada no país pela Contraponto e lançada em Brasília na semana passada, Dosman vê como maior desafio para os emergentes hoje gerir efeitos nocivos e estruturais causados por políticas irresponsáveis da Europa e dos Estados Unidos. "Deficits fiscais e comerciais, pressões cambiais e os riscos de deflação e

protecionismo dos países ricos se tornam graves problemas políticos e ameaçam o resto do mundo", sublinha. Ele lembra que Prebisch, estruturalista argentino que construiu a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), já alertava nos anos 1940 para a importância de um acordo global contra abalos sistêmicos.

O economista, que foi também secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), sofreu críticas tanto de liberais quanto de marxistas, por defender o papel indutor e regulador do Estado na economia, sem, contudo, inibir as forças do mercado. Segundo Dosman, depois de ser rejeitadas nos últimos 25 anos, as ideias dele se tornaram relevantes. "Confrontados por um mercado global com crises periódicas, países em desenvolvimento precisam de um Estado forte, mas enxuto", atesta.

Prebisch cunhou o termo Estado inteligente, que controla crises periódicas e usa ferramentas contra quedas do comércio e terremotos financeiros, além de atuar na redução de desigualdades regionais e ajudar na governança global. O canadense cita a Coreia do Sul como nação que seguiu essa cartilha difundida há anos pela Cepal. Outros especialistas veem a China e a Índia também como modelos bem-sucedidos de políticas desenvolvimentistas.

Perigos

Thomas Palley, economista do New American Foundation, centro de estudos com sede em Washington, também vê lições estruturalistas atualizadas. Ele alerta para o risco de a economia da América Latina voltar ao século 19, caso não se defenda das atuais ameaças à indústria, encabeçadas pela valorização cambial. "O bom momento para o comércio de matérias-primas esconde graves perigos e a tendência atual é reviver a era vitoriana, quando a região era essencialmente exportadora de commodities", diz. Além do fortalecimento das moedas locais, ele destaca a grande agilidade do mercado de manufaturas no mundo atual como o novo desafio para os principais países latino-americanos. "Trata-se de um momento difícil e extremo da globalização. Enquanto sobem importações de produtos industrializados, a competitividade cai", comenta.

Sob a ótica do pensamento estruturalista, Palley entende que a reação possível ao processo de decadência industrial está numa aliança tática entre Brasil, Europa e Estados Unidos para fazer frente à China. Apesar disso, ele reconhece que a crescente integração dos mercados brasileiro e chinês tornou a relação bilateral particularmente complexa. Em outras frentes, o governo brasileiro também deveria buscar atrair capital financeiro externo para investimentos produtivos e falar ainda mais grosso nos fóruns econômicos internacionais contra as distorções do câmbio. "Não adianta procurar soluções para só alguns setores quando os preços gerais da economia estão sendo afetados. O Brasil é voz importante no cenário global e deve aproveitar

seu prestígio para influir em temas controversos", resume o ex-chefe da Comissão Econômica EUA-China.

Fonte: Correio Braziliense, 14/08/2011

31 DE JULHO DE 2011 - 7H02

Raúl Prebisch, a ascensão da China e o Terceiro Mundo

A coruja do conhecimento, geralmente, levanta voo ao entardecer. As grandes passagens da economia mundial produzem revoadas de corujas. Destas, muitas fazem a releitura de antigos pensadores deixados, provisoriamente, de lado.

Por Carlos Lessa*

Essa releitura auxiliará a construção de novas interpretações. Hegel falava da fácil sabedoria da visão retrospectiva, ou seja, como o curso histórico tem suas razões, a releitura permite explicitar algumas delas. Entretanto, a criação intelectual que ilumina o amanhã exige o que Nietzsche denominava "espírito de águia", que não teme se debruçar sobre o abismo.

Li *Raúl Prebisch (1901-1986): A Construção da América Latina e do Terceiro Mundo*, de Edgar Dosman, editado pela Contraponto em parceria com o Centro Internacional Celso Furtado. Uma biografia exaustiva e rigorosa, do ponto de vista documental, do economista argentino que escreveu o livro *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Principais Problemas*, conhecido como "Manifesto Latino-Americano", divulgado em Havana em 1949. Nele, Prebisch demonstrou que a distribuição de benefícios do crescimento mundial era desigual entre o centro e a periferia e se aprofundava secularmente, pois a dinâmica dos ciclos de comércio exterior favorecia, a longo prazo, as economias já industrializadas e dominantes.

O alicerce ortodoxo da economia política clássica inglesa foi a teoria ricardiana de comércio exterior. Seu teorema dos custos comparativos "justificava" como maximizante para todos os integrantes do comércio internacional a especialização nos bens que produzia com maior eficiência. Se cada país se especializasse e obtivesse, pelo comércio internacional, aquilo que tinha menor produtividade interna, haveria o máximo bem-estar das economias interligadas. David Ricardo construiu o argumento perfeito para a hegemonia inglesa, nação que sediou a Primeira Revolução Industrial. Investir, intelectual e politicamente, contra a ortodoxia do país dominante foi a prática dos pais fundadores dos Estados Unidos. Alexander Hamilton defendeu a ideia da industrialização como essencial ao padrão de vida e à soberania nacional das 13 ex-colônias. Friedrich List, em 1841, publica *O Sistema Nacional de Economia Política*, que se sucedeu à Zollverein, união aduaneira alemã, de 1834. List explicita que o projeto nacional de desenvolvimento via industrialização é uma exceção ao livre-câmbio e livre-comércio.

A Revolução Meiji realiza uma modernização à força no Japão, sob o argumento de que sacrifícios no presente produziram felicidade no futuro. A França, de Napoleão III, também critica Ricardo e defende a prioridade da industrialização nacional. O denominador histórico comum de todas essas experiências de industrialização consiste na adesão ao livre-câmbio e livre-comércio, tão logo esteja consolidada sua maturidade industrial. Foram poucas as nações que se industrializaram e nenhuma nação latino-americana, no século XIX e década iniciais do século XX.

Uma retórica geopolítica pretendendo superar o atraso pela boa convivência de nações foi recorrente. Por exemplo, o brasileiro Rui Barbosa, que conhecia a heterodoxa visão de finanças industrializantes dos fundadores americanos, defendeu o "desenvolvimento" da periferia na famosa e inútil 2ª Conferência de Haia, em 1907. Após a 1ª Guerra Mundial e no umbral da Grande Crise de 1929, Mihail Manoilescu, ministro da Indústria e Comércio da Romênia, defendeu, em *Teoria do Protecionismo e da Permuta Internacional*, a industrialização como único caminho para a superação do atraso. Essa defesa explicitou o argumento-chave de indústria nascente e das relações interindustriais de um sistema industrial nacional. O brasileiro Roberto Simonsen, presidente do Centro das Indústrias de São Paulo, traduziu e publicou, em 1931, o trabalho do economista romeno. A ideia da industrialização como projeto nacional impregnou a gestão Getúlio Vargas durante os anos 1930 e a 2ª Guerra Mundial. O ideal de produzir as máquinas que fazem máquinas apareceu no discurso do obelisco, precedendo o governo Vargas, que realizou uma política keynesiana antes da publicação do clássico livro de Keynes.

O uso dizer que a obra de Prebisch, menos pelo pioneirismo e mais pela oportunidade, decisão, habilidade e poder mobilizador, foi um voo de coruja decisivo para o esforço latino-americano de superação do atraso. O conceito de América Latina foi consolidado e tornado, em alto nível de abstração, homogêneo

pela crítica atualizada e politizada da ortodoxia das economias dominantes. Prebisch, com visão política historicamente correta, evitou refletir sobre as estruturas internas dos países latino-americanos. Apesar do trabalho intelectual de economistas latino-americanos como Aníbal Pinto Santa Cruz e Celso Furtado, que mergulharam na heterogeneidade e na formação histórica singular de cada país latino-americano, o sonho bolivariano da integração recebeu um forte estímulo a partir do Manifesto, de Prebisch, e do trabalho dos estruturalistas da Cepal.

Em tempos de crise, a coruja voa revitalizando o passado, porém o fato mais relevante do momento atual é o desenvolvimento da China e não pode ser atribuído a nenhuma receita ortodoxa de livre-comércio e livre-câmbio. Não é uma economia de mercado. Regula – de perto e com instrumentos estatais variados, discriminatórios e poderosos – finanças, câmbio e atuação empresarial. O maior sucesso nacional do momento é, em si, questionador frontal da ortodoxia neoliberal.

Prebisch, hoje, teria se debruçado sobre a experiência chinesa e chamaria a atenção para a geopolítica dominante que a China vem fazendo no chamado Terceiro Mundo.

*Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa é professor emérito de economia brasileira e ex-reitor da UFRJ. Foi presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Fonte: *Valor Econômico*



Bresser diz que compromisso de reajustar salário foi 'erro completo'

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

Na avaliação do ex-ministro da Fazenda, o compromisso de reajuste é indexação

SÃO PAULO - O ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, criticou há pouco o fato do governo ter assumido para o próximo ano um reajuste de 14% do salário mínimo, em termos nominais, e de 7,5% em termos reais. "Foi um erro completo", disse o economista que preside workshop Novo Desenvolvimentismo em uma Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento, que é realizada no Salão Nobre da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo.

O ex-ministro fez a afirmação ao responder pergunta da Agência Estado sobre a avaliação ao veto da presidente Dilma Rousseff ao artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012 que assegurava aumento real para as aposentadorias acima de um salário mínimo. "Sou a favor de qualquer medida contrária à indexação", disse o economista.

Bresser Pereira acrescentou que tem escrito e publicado vários artigos favoráveis à desindexação. "Estou de pleno acordo com a presidente Dilma, no que diz respeito ao veto", atestou. Citou ainda um projeto de lei de autoria do senador Lindemberg Faria (PC do B-RJ) que teria sido apresentado ao Congresso, cujo teor seria a proibição de qualquer cláusula indexatória em novos contratos.

Bresser Pereira acredita que o governo manterá o compromisso de reajustar o salário mínimo com base na inflação e no crescimento do PIB dos últimos dois anos. Mas ressaltou que reprova a decisão.

Ideias Entrevista

Lições esquecidas

EDGAR DOSMAN | Segundo o biógrafo de Raúl Prebisch, a obra do pensador é negligenciada na América Latina

A ANDRE SIQUEIRA

BIÓGRAFO do mais destacado intelectual da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o cientista político canadense Edgar Dosman é hoje um dos maiores conhecedores da mais forte, e talvez única, linha de pensamento econômico genuinamente regional. Não por acaso, a publicação de *Raúl Prebisch (1901-1986): A construção da América Latina e do Terceiro Mundo* ocorreu em outubro de 2008, no auge de uma crise intrinsecamente associada ao modelo neoliberal, responsável por praticamente soterrar, ao longo das décadas de 1980 e 1990, a influência das ideias do economista argentino sobre as nações do sul do continente.

A versão em português da obra chega quase três anos depois, em momento não menos oportuno. A recente turbulência nas bolsas internacionais mostra que a crise ainda está longe de um desfecho, e abala alguns consensos estabelecidos nas últimas décadas. Boa hora para trazer de volta as ideias do argentino que vislumbrou a divisão do mundo entre centro e periferia e elaborou a teoria da dependência. Algumas dessas teses serão revisitadas no seminário Novo Desenvolvimentismo e uma Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento, nos dias 15 e 16 deste mês, na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.

O evento marca o lançamento da edição brasileira, com apoio do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, o que simboliza uma colaboração póstuma do brasileiro que mais ativamente participou, com Prebisch, da formação do pensamento cepalino. Nesta entrevista a *CartaCapital*, Dosman mostra que seu interesse pela política econômica latino-americana não se limita aos anos vividos por Prebisch. O autor

tampouco se intimida diante do desafio de interpretar, sob a luz das teses de seu biografado, os caminhos trilhados pelos países da região na selva do capitalismo globalizado do século XXI.

CartaCapital: *O pensamento de Raúl Prebisch e a influência da Cepal ainda são visíveis no Brasil e no restante da América Latina?*

Edgar Dosman: O trabalho de Prebisch tem sido negligenciado na região como um todo, não só no Brasil. Generalizações são perigosas, mas a Cepal manteve o pensamento crítico vivo durante o longo e escuro

período neoliberal seguinte à eleição de Reagan e Thatcher, quando o Consenso de Washington inundou a região, no nível governamental, com o apoio do FMI e de outras instituições financeiras internacionais. As crises dos anos 90 levaram governos social-democratas a adotar um mix político mais equilibrado, mas sem desafiar, fundamentalmente, a estrutura básica. Prebisch teria concordado com os governos que desenvolveram ferramentas anticíclicas durante o ciclo de alta das commodities e do crédito, entre 2002 e 2008, o que os socorreu durante a recessão global pós-2008.



“A Cepal manteve o pensamento crítico vivo durante o longo e escuro período neoliberal”

Mestre. *Prebisch no comando de uma reunião da Cepal. “Ele apoiaria as políticas anticíclicas”, diz o canadense*



CC: *Prebisch daria aval ao modelo de desenvolvimento adotado hoje na região?*

ED: O Brasil, por exemplo, teria sido louvado por Prebisch pela criação e expansão de poderosas ferramentas de desenvolvimento, como o BNDES e outros fundos de desenvolvimento, a produção de etanol, a evolução da Embraer, multinacionais como a Vale, a pesquisa e desenvolvimento na área agrícola etc. Fora do Brasil, os especialistas tendem a enfatizar o poder direcionador do Estado brasileiro, ao contrário da Argentina e de muitos outros.

CC: *A valorização das commodities, bem como a aceleração das economias emergentes, sugere que há chances de a periferia alcançar o centro?*

ED: Um dos grandes legados de Raúl Prebisch foi sua desconfiança em relação a booms de commodities como solução de longo prazo para o desenvolvimento econômico na América Latina. Ele testemunhou os anos 20 e 70 e alertou os governos regionais quanto à ingenuidade desse pensamento. Ganhos extraordinários das exportações de commodities são importantes dentro de uma política direcionada à expansão

da capacidade tecnológica doméstica e da produção de valor agregado. Pense na Coreia do Sul, país cujo modelo de desenvolvimento refletiu o pensamento de Prebisch com mais precisão.

CC: *Tornar a indústria competitiva, em escala global, é um desafio difícil diante de concorrentes como a China. Que pontos fortes da região Prebisch sugeriria que fossem reforçados?*

ED: É possível pensar novamente no modelo sul-coreano, mas em uma região ainda mais favorecida. O Brasil e a América do Sul têm vantagens em energia, recursos humanos e naturais, potencial de integração e estrutura etária. O Brasil tem a vantagem adicional de possuir um grande mercado doméstico, o que reduz a dependência comercial. Prebisch sempre incitou os países latino-americanos a maximizar essas vantagens, mas em um contexto desenvolvimentista, bem como a enxergar a integração como um fenômeno social. Os sistemas educacionais públicos latino-americanos, em especial, estão bem abaixo do necessário para escapar da periferia.

CC: *Mais uma vez o capital ameaça fugir dos mercados periféricos para a segurança dos títulos americanos, ainda que esteja lá o epicentro da crise. É uma prova de que continua a haver uma subordinação?*

ED: Sim, mas não só em relação ao Brasil. As rupturas no sistema internacional não ocorrem somente entre Norte e Sul, para usar a velha terminologia. Por exemplo, o Brasil, o Canadá e a Austrália enfrentam hoje dilemas similares de desindustrialização. Mas todos nós enfrentamos um dilema comum de assimetria, em que os Estados Unidos e o dólar dominam o fluxo financeiro internacional. Em tempos de crise, é para lá que o dinheiro ainda fluirá, como um porto seguro, ao lado do ouro e, em menor escala, das moedas suíça e japonesa. O sistema inteiro tem de ser reformado, mesmo que em pequenos passos.

CC: *Há espaço hoje para a contribuição de Prebisch à economia?*

ED: Depois que Reagan foi eleito, Prebisch previu "a segunda grande crise do capitalismo", em referência à década de 1930. Hoje temos uma economia internacional que é fundamentalmente desequilibrada e vai exigir uma busca de soluções ao estilo de Prebisch: a reforma da governança global; integração regional; um "pacto global", como ele propôs em 1968, entre o Norte e o Sul; Estados mais fortes no Sul para reduzir a vulnerabilidade; a ampliação da economia para incluir as dimensões social, ambiental e ética, e a restauração da política desenvolvimentista. Há espaço para aplicar esse novo pensamento? Vejo uma margem pequena agora, quando todos os países se concentram na própria sobrevivência. Mas cada governo tem um papel nessa inovação, particularmente nações com interlocução internacional, como o Brasil. ●



Antes tarde.
A biografia
saíu em inglês
em 2008

DESENVOLVIMENTO/ No embate ideológico na América Latina, o ambiente instável favorece as teorias dos estruturalistas, discípulos do economista argentino Raúl Prebisch

Turbulência ressuscita o Estado indutor

» SÍLVIO RIBAS

As recentes crises mundiais evidenciaram uma nova realidade da economia da América Latina: ela passou a ser estável e próspera. As turbulências também serviram para reanimar um velho debate na região sobre o papel do Estado, proposto por intelectuais desenvolvimentistas, também chamados de estruturalistas. Após décadas dominadas por instabilidade financeira, recessão e inflação elevada, os países latino-americanos gozam agora de melhores indicadores. O maior dos percalços está no risco de desindustrialização agravado pela "doença holandesa", o barateamento de importados movido por grandes lucros com exportação de commodities (produtos básicos com cotação internacional), que valorizam o câmbio via entrada maciça de dólares.

Alguns dos principais nomes do pensamento desenvolvimentista afirmam ao **Correio** que o

Brasil precisa prestar atenção em teses que influenciaram economistas como Celso Furtado (1920-2004), Maria da Conceição Tavares e Luiz Carlos Bresser-Pereira. Edgar Dosman, sociólogo da Universidade de York, no Canadá, avalia que a elevada valorização do real pode até rimar com crescimento econômico a curto prazo, dependendo de vários fatores, como o apetite do comércio internacional e a força do sistema bancário. Mas ela aparece logo depois como grave ameaça, considerando a perda de competitividade da indústria, os custos da infraestrutura e a intensa volatilidade de capitais.

Autor da biografia de Raúl Prebisch (1901-1986), editada no país pela Contraponto e lançada em Brasília na semana passada, Dosman vê como maior desafio para os emergentes hoje gerir efeitos nocivos e estruturais causados por políticas irresponsáveis da Europa e dos Estados Unidos. "Deficits fiscais e comerciais,

pressões cambiais e os riscos de deflação e protecionismo dos países ricos se tornam graves problemas políticos e ameaçam o resto do mundo", sublinha. Ele lembra que Prebisch, estruturalista argentino que construiu a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), já alertava nos anos 1940 para a importância de um acordo global contra abalos sistêmicos.

O economista, que foi também secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), sofreu críticas tanto de liberais quanto de marxistas, por defender o papel indutor e regulador do Estado na economia,

sem, contudo, inibir as forças do mercado. Segundo Dosman, depois de ser rejeitadas nos últimos 25 anos, as ideias dele se tornaram relevantes. "Confrontados por um mercado global com crises periódicas, países em desenvolvimento precisam de um Estado forte, mas enxuto", atesta.

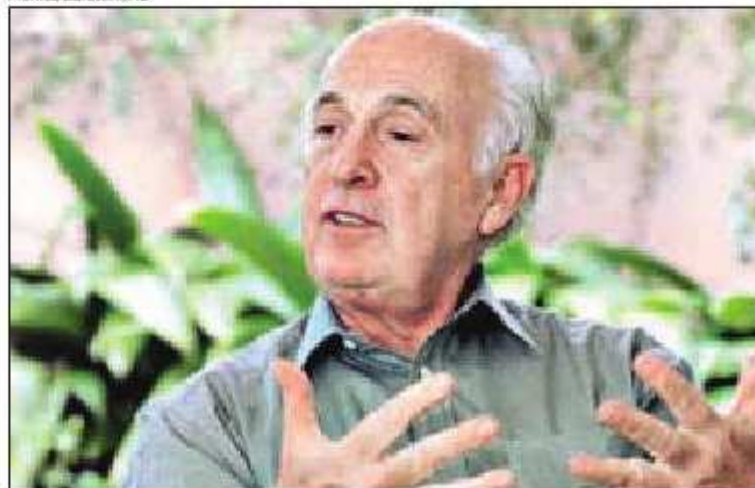
Prebisch cunhou o termo Estado inteligente, que controla crises periódicas e usa ferramentas contra quedas do comércio e terremotos financeiros, além de atuar na redução de desigualdades regionais e ajudar na governança global. O canadense cita a Coreia do Sul como nação que seguiu essa cartilha difundida há anos pela Cepal. Outros especialistas veem a China e a Índia também como modelos bem-sucedidos de políticas desenvolvimentistas.

Perigos

Thomas Palley, economista do New American Foundation, centro de estudos com sede em Washington, também vê lições estruturalistas atualizadas. Ele alerta para o risco de a economia da América Latina voltar ao século 19, caso não se defenda das atuais ameaças à indústria, encabeçadas pela valorização cambial. "O bom momento para o comércio de matérias-primas esconde graves perigos e a tendência atual é reviver a era vitoriana, quando a região era essencialmente exportadora de commodities", diz. Além do fortalecimento das moedas locais, ele destaca a grande agilidade do mercado de manufaturas no mundo atual como o novo desafio para os principais países latino-americanos. "Trata-se de um momento difícil e extremo da globalização. Enquanto sobem importações de produtos industrializados, a competitividade cai", comenta.

Sob a ótica do pensamento estruturalista, Palley entende que a reação possível ao processo de decadência industrial está

Mônica Zarattini/AE



Luiz Carlos Bresser-Pereira,
economista da FGV

numa aliança tática entre Brasil, Europa e Estados Unidos para fazer frente à China. Apesar disso, ele reconhece que a crescente integração dos mercados brasileiro e chinês tornou a relação bilateral particularmente complexa. Em outras frentes, o governo brasileiro também deveria buscar atrair capital financeiro externo para investimentos produtivos e falar ainda mais

grosso nos fóruns econômicos internacionais contra as distorções do câmbio. "Não adianta procurar soluções para só alguns setores quando os preços gerais da economia estão sendo afetados. O Brasil é voz importante no cenário global e deve aproveitar seu prestígio para influir em temas controversos", resume o ex-chefe da Comissão Econômica EUA-China.



Não queremos Estado produtor, protecionista e descuidado com a inflação. Mas que ele assuma o papel estratégico de estabilizador dos mercados, atuando no câmbio e na infraestrutura"

Cenário requer regulação firme

Embora o Brasil tenha um sistema financeiro mais regulado e resistente a choques externos, o economista-chefe da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), Heiner Flassbeck, ressalta que o atual nível de integração das economias não deixa ninguém imune às crises globais. "O sistema brasileiro aprendeu com crises dos anos 1970 e 1980, dotando o Banco Central de bons instrumentos para o controle da inflação e das pressões externas. A conjuntura, todavia, ainda requer do mundo definição de regras firmes sem prejuízo da abertura dos mercados", acrescenta.

Para avaliar o cenário, a Fun-

dação Getúlio Vargas (FGV) e o Centro Celso Furtado realizam nos dias 15 e 16, em São Paulo, um seminário internacional sobre o Novo Desenvolvimentismo. No Brasil, o maior expoente dessa corrente, Luiz Carlos Bresser-Pereira, professor da FGV e ex-ministro da Fazenda, afirma que o movimento veio para enfrentar a valorização cambial e o controle de capitais. "Não queremos Estado produtor, protecionista e descuidado com a inflação. Mas que ele assuma o papel estratégico de estabilizador dos mercados, atuando no câmbio e na infraestrutura", disse.

José Luís Oreiro, da Universi-

dade de Brasília, completa que o neoliberalismo dos anos 1980 e 1990, que "eliminou as regulações dos anos 1930", foi morto pelas crises de 2008 e atual. "O novo desenvolvimentismo busca equilibrar Estado e mercado, que são interdependentes", diz. Isso mostra como as ideias do argentino Raúl Prebisch, criador da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (Cepal), tidas como superadas desde os abalos do bloco socialista e a expansão do neoliberalismo, foram resgatadas pelas recentes crises. Wall Street redescobriu o Estado quando encarou a bancarrota e foi salva por Washington.

Nacionalismo

O desenvolvimentismo teve seu auge nos anos 1950, quando intelectuais se organizaram em torno da Cepal e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), no Rio de Janeiro. Eles pensaram a região de um ponto de vista nacionalista. As teses não só estão de volta ao debate como passaram a ser aplicadas por países na forma de estratégias pós-crise, com a criação de ferramentas estatais para apoiar o desenvolvimento e as políticas sociais. Até mesmo o Fundo Monetário Internacional (FMI) trocou seu discurso em relação à desregulamentação dos fluxos de capital. (SR)

Crise global ressucita teorias dos estruturalistas e o Estado indutor

Sílvio Ribas

(Sílvio Ribas)



"Não queremos Estado produtor, protecionista e descuidado com a inflação. Mas que ele assuma o papel estratégico de estabilizador dos mercados, atuando no câmbio e na infraestrutura" Luiz Carlos Bresser-Pereira, economista da FGV

As recentes crises mundiais evidenciaram uma nova realidade da economia da América Latina: ela passou a ser estável e próspera. As turbulências também serviram para reanimar um velho debate na região sobre o papel do Estado, proposto por intelectuais desenvolvimentistas, também chamados de estruturalistas. Após décadas dominadas por instabilidade financeira, recessão e inflação elevada, os países latino-americanos gozam agora de melhores indicadores. O maior dos percalços está no risco de desindustrialização agravado pela "doença holandesa", o barateamento de importados movido por grandes lucros com exportação de commodities (produtos básicos com cotação internacional), que valorizam o câmbio via entrada maciça de dólares.

Alguns dos principais nomes do pensamento desenvolvimentista afirmam ao Correio que o Brasil precisa prestar atenção em teses que influenciaram economistas como Celso Furtado (1920-2004), Maria da Conceição Tavares e Luiz Carlos Bresser-Pereira. Edgar Dosman, sociólogo da Universidade de York, no Canadá, avalia que a elevada valorização do real pode até rimar com crescimento econômico a curto prazo, dependendo de vários fatores, como o apetite do comércio internacional e a força do sistema bancário. Mas ela aparece logo depois como grave ameaça, considerando a perda de competitividade da indústria, os custos da infraestrutura e a intensa volatilidade de capitais.

Autor da biografia de Raúl Prebisch (1901-1986), editada no país pela Contraponto e lançada em Brasília na semana passada, Dosman vê como maior desafio para os emergentes hoje gerir efeitos nocivos e estruturais causados por políticas irresponsáveis da Europa e dos Estados Unidos. "Deficits fiscais e comerciais, pressões cambiais e os riscos de deflação e protecionismo dos países ricos se tornam graves problemas políticos e ameaçam o resto do mundo", sublinha. Ele lembra que Prebisch, estruturalista argentino que construiu a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), já alertava nos anos 1940 para a importância de um acordo global contra abalos sistêmicos.

O economista, que foi também secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), sofreu críticas tanto de liberais quanto de

marxistas, por defender o papel indutor e regulador do Estado na economia, sem, contudo, inibir as forças do mercado. Segundo Dosman, depois de ser rejeitadas nos últimos 25 anos, as ideias dele se tornaram relevantes. “Confrontados por um mercado global com crises periódicas, países em desenvolvimento precisam de um Estado forte, mas enxuto”, atesta.

Prebisch cunhou o termo Estado inteligente, que controla crises periódicas e usa ferramentas contra quedas do comércio e terremotos financeiros, além de atuar na redução de desigualdades regionais e ajudar na governança global. O canadense cita a Coreia do Sul como nação que seguiu essa cartilha difundida há anos pela Cepal. Outros especialistas veem a China e a Índia também como modelos bem-sucedidos de políticas desenvolvimentistas.

Perigos

Thomas Palley, economista do New American Foundation, centro de estudos com sede em

Washington, também vê lições estruturalistas atualizadas. Ele alerta para o risco de a economia da América Latina voltar ao século 19, caso não se defenda das atuais ameaças à indústria, encabeçadas pela valorização cambial. “O bom momento para o comércio de matérias-primas esconde graves perigos e a tendência atual é reviver a era vitoriana, quando a região era essencialmente exportadora de commodities”, diz. Além do fortalecimento das moedas locais, ele destaca a grande agilidade do mercado de manufaturas no mundo atual como o novo desafio para os principais países latino-americanos. “Trata-se de um momento difícil e extremo da globalização. Enquanto sobem importações de produtos industrializados, a competitividade cai”, comenta.

Sob a ótica do pensamento estruturalista, Palley entende que a reação possível ao processo de decadência industrial está numa aliança tática entre Brasil, Europa e Estados Unidos para fazer frente à China. Apesar disso, ele reconhece que a crescente integração dos mercados brasileiro e chinês tornou a relação bilateral particularmente complexa. Em outras frentes, o governo brasileiro também deveria buscar atrair capital financeiro externo para investimentos produtivos e falar ainda mais grosso nos fóruns econômicos internacionais contra as distorções do câmbio. “Não adianta procurar soluções para só alguns setores quando os preços gerais da economia estão sendo afetados. O Brasil é voz importante no cenário global e deve aproveitar seu prestígio para influir em temas controversos”, resume o ex-chefe da Comissão Econômica EUA-China.



- FGV - terá workshop

Não Assinado

A Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP) em parceria com o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento realizará, entre os dias 15 e 16 de agosto, a partir das 9 horas, na FGV, o workshop "Novo Desenvolvimentismo e uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento".

Salário versus produtividade

Renato Carbonari Ibelli

Economistas convidados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) debateram ontem a necessidade de os países reatarem a ligação que julgam existente entre salário e produtividade como meio de dar dinamismo às economias mundiais. Segundo eles, essa relação perdeu força a partir da década dos anos 1980 – com as reformas neoliberais – e, mais recentemente, se agravou com o avanço de economias asiáticas que ganham mercado escoradas em mão

de obra de baixo custo.

O Brasil está inserido nesse contexto. Segundo Gabriel Palma, professor da Universidade de Cambridge, no País, a taxa de investimento por trabalhador é 20% menor do que o encontrado na década dos anos 1980. Esse declínio, para Palma, às vezes é camuflado pelas políticas de aumento do salário-mínimo, que têm conseguido incluir novas classes no mercado de consumo. "No entanto, na realidade o que se observa é que o salário médio fica cada vez mais próximo do salário-mínimo", disse.

A não valorização dos salá-

rios não é boa para a produtividade, segundo o economista Thomas Palley, da Fundação New America. Para ele, aumentando os salários aumenta-se o consumo, o que acarretaria crescimento de produtividade e, consequentemente, expansão do emprego. "O problema é que o modelo neoliberal em vigor no mundo aposta que as empresas contratam mais quando os salários são mantidos baixos, o que põe em xeque a produtividade", diz o economista.

Para Palley, a falta de demanda que afeta o mundo tem a crise de 2008 como marco,

mas suas origens "refletem a questão estrutural das políticas neoliberais que piorou a distribuição de renda no mundo". Ainda segundo Palley, é preciso adotar políticas de valorização dos salários para que demandas sejam criadas elevando a produtividade das empresas em um nível global.

Pondera-se que a globalização tornou mais difícil as políticas baseadas no salário. Nelson Marconi, economista da FGV-SP, lembrou que a maior parte das economias, incluindo o Brasil, precisaram baixar os custos para competir com a China e outros países asiáticos.

Os homens que queriam construir nações

MARCOS CORONATO

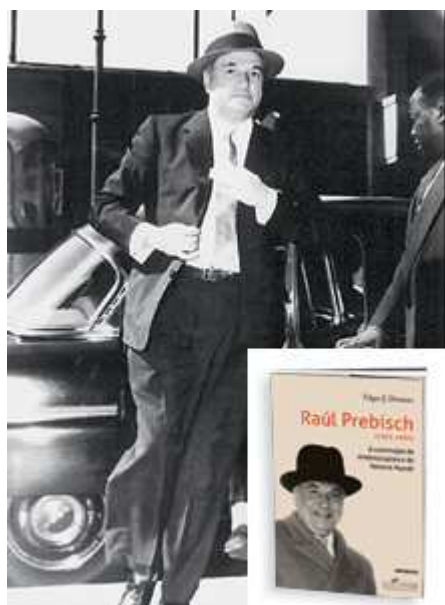
É possível decidir o rumo da economia de um país? Os desenvolvimentistas acreditavam nisso no século passado. E os neo-desenvolvimentistas acreditam ter a fórmula certa para fazer isso no século XXI

Depois da quebra da bolsa de Nova York em 1929, a economia global mergulhou na Grande Depressão. Um quarto dos americanos em idade de trabalhar se tornaram desempregados. Os resultados foram sentidos no mundo todo, incluindo o Brasil, que se viu sem ter para quem vender seu principal produto, o café. O presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, reagiu à Depressão com um programa de estímulos econômicos iniciados em 1933, chamado New Deal.

E aqui acabam as concordâncias entre os economistas.

Pela visão dos ortodoxos, também chamados de liberais ou neoliberais, o governo americano nunca deveria ter se metido na história. A atuação de Roosevelt teria, na verdade, atrapalhado uma recuperação econômica que já se desenhava.

Já pela óptica dos desenvolvimentistas, o governo fez o que se espera de governantes. A recuperação econômica estimulada pelo New Deal seria perceptível em alguns anos, se a história não tivesse feito uma guinada abrupta.



IDEIAS INFLUENTES

Raúl Prebisch em Havana, em 1949. O economista se tornou cético com o livre-comércio após a crise de 1929

Quem está com a razão? Nunca saberemos, ao menos não por esse episódio, porque a Segunda Guerra Mundial irrompeu e acabou com qualquer chance de debate civilizado sobre políticas econômicas. Mesmo assim, os desenvolvimentistas estão de volta – após a crise das hipotecas, entrou em alta o pensamento dos economistas que defendem a atuação firme do governo para coibir os excessos, distorções e falhas do mercado. Na história da ciência econômica, alguns dos maiores nomes dessa tradição são o britânico John Maynard Keynes, o alemão Hans Singer e o argentino Raúl Prebisch (cujas biografias, Raúl Prebisch – A construção da América Latina e do Terceiro Mundo, será lançada em

15 de agosto, num evento em São Paulo*).

No Brasil, o maior expoente vivo dessa corrente de pensamento é o economista Luiz Carlos Bresser Pereira, professor da Fundação Getúlio Vargas e ex-ministro da Fazenda. Ele é um dos formuladores do “novo desenvolvimentismo”, uma estratégia que, segundo seus autores, está bem adaptada ao século XXI e poderia ser usada por economias em estágio intermediário, já industrializadas, como o Brasil. “O novo desenvolvimentismo não pede que o Estado seja produtor, não protecionista nem tolerante com a inflação”, diz Bresser, definindo alguns pontos-chave da evolução da ideia.

O antigo desenvolvimentismo incluía a atuação do Estado diretamente como produtor, o protecionismo e a substituição de importações, a complacência com a inflação e com o endividamento público, a fim de colocar o país na rota do crescimento. O novo desenvolvimentismo discorda disso tudo. Afirma que o governo deve ter papel auxiliar na formação de poupança e no investimento das empresas, atuar firmemente para que o país exporte de maneira competitiva e buscar uma “taxa de câmbio de equilíbrio” – que Bresser define como aquela que torna globalmente competitivas as empresas nacionais que trabalham com tecnologia avançada. Além disso, o novo desenvolvimentismo preserva a ideia de que o governo deve buscar um nível de consenso nacional. Essa é a receita adotada por países asiáticos de desenvolvimento tardio, como Coreia do Sul e Índia (embora não haja evidências de que seus governantes tenham lido os autores desenvolvimentistas). Na América Latina, não há bons exemplos recentes da aplicação dessa linha de pensamento. Mas os neo-desenvolvimentistas estão animados e o século XXI, claro, está só começando.

* Seminário O Novo Desenvolvimentismo e uma Macro Economia Estruturalista do Desenvolvimento, nos dias 15 e 16 de agosto, das 9h às 18h, na Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. O evento inclui o lançamento da biografia “Raúl Prebisch” com a presença do autor, o historiador canadense Edgar Dosman e uma conferência de Dosman na FAAP e um workshop na Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. O Centro Internacional Censo Furtado de Políticas para o Desenvolvimento é co-editor da biografia de Prebisch e organizador do evento.



Belluzzo prevê que crise econômica repercutirá na China

Ricardo Leopoldo

SÃO PAULO - O agravamento da crise econômica nos Estados Unidos e na Europa deve provocar um processo de desaceleração da economia mundial com repercussões na China, que inclusive deve diminuir os preços internacionais de ativos, sobretudo commodities, afirmou o professor da Unicamp e ex-secretário de Política Econômica, Luiz Gonzaga Belluzzo. "Nesse contexto internacional, os juros no Brasil vão acabar caindo", comentou ressaltando que compete ao Banco Central determinar qual o momento mais adequado para iniciar o ciclo de corte da Selic. Contudo Belluzzo ponderou que, como a Selic está num patamar muito alto, de 12,5% ao ano, o BC teria espaço para cortá-la até o nível de 8% aproximadamente. Ele citou que a velocidade do corte dependerá das condições da evolução do nível de atividade mundial.

"Se o Fed adotar o QE3 aí nós teremos que nos cuidar para proteger o câmbio e a taxa de juros teria que cair com certa rapidez", comentou. "Por outro lado, caso o desaquecimento global seja menos intenso no curto prazo, mas mesmo assim com impacto negativo em preços de minerais, alimentos e petróleo, o BC poderia adotar uma política mais gradual de redução da Selic." Esta postura mais cautelosa de queda dos juros deveria ser adotada para evitar uma depreciação súbita do câmbio, fato que prejudicaria muitas empresas brasileiras com dívidas atreladas ao dólar", destacou. Para Belluzzo, é necessário aguardar o desempenho da economia americana no próximo mês, a fim de verificar quais medidas monetárias o Federal Reserve (Fed) poderá adotar. Para muitos especialistas, inclusive o acadêmico, o Fed se tornou a última esperança do governo dos Estados Unidos para diminuir as chances daquele país ingressar em breve numa nova recessão - double dip.

Belluzzo tem uma avaliação pessoal de que a inflação no Brasil não deve preocupar mais nos próximos meses. Especialmente devido ao movimento desinflacionário que o mundo está vivendo e que deve continuar nos próximos trimestres. "Você acha que vai ocorrer um novo choque de commodities? Eu não acredito". Com o desaquecimento crônico no curto e médio prazo, o economista acredita que a China será afetada mas continuará com crescimento vigoroso a ponto de alcançar uma média de expansão de 8,5% ao ano. Para o Brasil, o acadêmico ressalta que a economia pode perder um pouco de vigor, mas acredita que é possível que cresça entre 3,55 e 4,5% no próximo ano.

O acadêmica ressalta que entre os instrumentos que o governo pode usar para mitigar os efeitos da crise internacional sobre o Brasil. O principal deles é a queda de juros. "Como a economia está aquecida, não é necessário relaxar o aperto fiscal que nesse caso precisa ser mantido. Belluzzo defende a queda de juros de acordo com a constatação, pelo BC, de uma situação confortável para a inflação. Contudo ele já fez críticas à postura do BC no passado, quando poderia ter baixado o patamar de juros e não o fez. Ele se refere especialmente ao final de 2008, quando em plena crise financeira global, a pior desde a década de 30, o BC elevou a Selic no dia 10 de setembro de 2008, de 13% para 13,75%. O mundo já passava por problemas sérios de desaquecimento desde agosto de 2007. E que mergulhou numa recessão global a partir de 15 de setembro quando quebrou o banco Lehman Brothers. O Copom manteve a taxa de 13,75% por mais quatro meses e somente a reduziu no dia 21 de janeiro de 2009, bem depois que os principais bancos centrais do mundo iniciaram uma política agressiva de juros mais baixos.

Belluzzo fez tais comentários depois de participar do seminário "Novo Desenvolvimentismo e uma Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento", organizado pelo Centro Internacional Celso Furtado com o apoio da FGV-SP.



Inflação não permite corte de juros no curto prazo, dizem economistas

Ricardo Leopoldo

SÃO PAULO - Economistas da linha desenvolvimentista, que tem como simpatizantes a presidente Dilma Rousseff e várias autoridades dos ministérios da Fazenda e do Planejamento e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), divergem sobre as estratégias que o Poder Executivo deveria adotar no curto prazo para mitigar eventuais efeitos da crise internacional sobre o Brasil. O ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser-Pereira e o professor Yoshiaki Nakano, ambos acadêmicos da FGV-SP, ponderam que a inflação alta não deve permitir que o Banco Central baixe os juros no curto prazo. "Por causa da inflação alta, a Selic só poderá baixar no início de 2012", destacou Nakano. Ambos defendem que a resposta imediata do governo deveria vir da área fiscal, com redução de gastos correntes e aumento de investimentos públicos.

Para o professor do Instituto de Economia da Unicamp, Ricardo Carneiro, o Copom, no entanto, já poderia baixar os juros na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que será encerrada no dia 31 de agosto, caso vários indicadores de atividade internacionais, como preços de commodities, continuem em queda. "O BC precisaria fazer movimentos mais fortes de redução de juros, a ponto de levar a taxa nominal em seis meses para uma cotação próxima a 7%", destacou.

Os três fizeram os comentários depois de participar do seminário "Novo Desenvolvimentismo e uma Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento", que está sendo organizado pelo Centro Internacional Celso Furtado e tem o apoio da FGV-SP.

Para Nakano, o atual estágio da crise econômica mundial pode levar os EUA a uma nova recessão. Ele, Bresser-Pereira e Carneiro ponderam que as economias desenvolvidas, em geral, estão estagnadas. Nakano chega a avaliar que a economia americana pode ficar alternando ciclos de alta e baixa, em formato de "W" entre "10 a 20 anos" a contar a partir de 2007, quando a crise global foi deflagrada.

"Os EUA podem crescer 0,5%, registrar queda do PIB de 0,5%, enfim, apresentar um movimento muito fraco de expansão, o que lembra a estagnação vivida pelo Japão", comentou Bresser-Pereira. "A economia americana está fraca porque um dos principais problemas que deram origem ao ciclo de desaceleração, que foram os ativos financeiros tóxicos, não foi solucionado, pois esses ativos passaram do setor privado para a (dívida pública do) governo", destacou Nakano, que é diretor da Escola de Economia de São Paulo (EESP-FGV).

Carneiro tem diagnóstico semelhante e não acredita que a Europa, os EUA e o Japão sairão da crise no médio prazo, o que manterá os países emergentes, especialmente a China, como os mais importantes motores de expansão do PIB mundial.

Política anticíclica

Para Nakano, caberia ao governo ser mais incisivo no corte de despesas da máquina pública para fazer avançar os investimentos do atual nível de 18% do Produto Interno Bruto (PIB) para a marca de 25%. "Como há uma despoupança (do Poder Executivo) próxima a 3% do PIB, isso desestimula muito os investimentos das empresas, embora estejam bem capitalizadas", destacou.

Segundo ele, o governo deveria estabelecer em lei uma regra segundo a qual seria institucionalizada a política econômica anticíclica. Tal legislação, detalha, determinaria que o gasto público deveria ser menor que um determinado patamar da expansão do PIB. "Assim, quando houvesse uma economia vigorosa, com pleno emprego, o governo deveria gerar superávit fiscal", destacou. Por outro lado, quando o nível de atividade estivesse fraco, caberia ao Estado despendar mais recursos públicos, sobretudo em investimento, a fim de estimular a demanda agregada.

"Hoje o gasto do governo está ao redor de 40% do PIB. Isso poderia cair para cerca de 30% do PIB em dez anos, o que seria importante para ampliar significativamente os investimentos do setor privado", ponderou. Nakano é contrário à postura adotada pelo governo em 2008, que também elevou os gastos correntes para incentivar o consumo das famílias.

Na avaliação de Bresser-Pereira, a presidente Dilma "está correta" ao avaliar que a questão fiscal precisa continuar a ser tratada com rigor, a ponto de ressaltar ao mundo que a gestão macroeconômica do Brasil é bem mais saudável do que ocorre no mundo desenvolvido. Ele também destacou que Dilma está no "caminho certo" ao avaliar que a gestão da política monetária precisa ser feita com cuidado, sobretudo num momento em que a inflação no País continua elevada. "Só acho que o governo agiu errado no seu início porque não realizou uma depreciação a frio, ou seja, não mexeu no câmbio quando não havia crise. Hoje, obviamente, isso não pode ser feito porque o mundo está em crise", opinou.

Bresser-Pereira destacou que, caso a inflação mostre-se mais bem comportada nos próximos meses, seria oportuno para o BC baixar os juros. Mas esse movimento, segundo ele, não tem condições hábeis de ser realizado já na próxima reunião do Copom de agosto.

Para Carneiro, a desaceleração da economia mundial pode ocorrer no curto prazo de forma intensa, a ponto de indicar, sobretudo pelos preços de alimentos, minérios e petróleo, que a inflação nos próximos meses vai perder ainda mais a força no Brasil. Ele acredita que esse processo de desinflação mundial proporcionará ao País condições para que o IPCA alcance a meta de 4,5% em 2012, o que permitiria uma redução da Selic para 7% ao ano em um semestre.

"O movimento de queda da Selic pode ser rápido e intenso. O Banco Central não pode perder tempo, como fez no fim de 2008", comentou. No dia 10 de setembro daquele ano, o BC manteve os juros estáveis em 13,75% ao ano, cinco dias antes da quebra oficial do banco Lehman Brothers, fato que levou o mundo a uma recessão global. O Copom se reuniu novamente no dia 29 de outubro e 10 de dezembro e optou por manter a Selic estável, apesar dos principais bancos centrais do mundo terem reduzido os juros de forma robusta. O Comitê de Política Monetária decidiu cortar os juros para 12,75% ao ano na reunião ocorrida no dia 21 de janeiro de 2009.

Segundo Bresser-Pereira, na hipótese de o BC verificar que a inflação está em plena queda, isso poderia permitir que a Selic caísse de forma expressiva. "O Brasil precisa ter taxas de inflação e de juros compatíveis com a média mundial. Os juros reais, por exemplo, poderiam baixar para 2% ao ano", destacou. Hoje a taxa real, medida pelo critério ex-ante, está em 6,23%.

O ex-ministro da Fazenda destacou que seria essencial, para melhorar as condições econômicas do País, "acabar de vez" com a indexação, que ele classificou como "inaceitável." Segundo Bresser-Pereira, seria importante também que o governo parasse de emitir títulos públicos atrelados à variação da Selic, acabando com a "anomalia" que existe no País de a taxa de juros dos títulos públicos de curto prazo ser praticamente igual às de longo prazo.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#) | [Comunicar Erros](#)

Para economista alemão, crise é das finanças, não dos governos

Heiner Flassbeck defende regulação e prevê recessão prolongada

ELEONORA DE LUCENA
DE SÃO PAULO

A crise atual é fruto do mercado financeiro, não de governos malcomportados. O que acontece é um sucessivo estouro de bolhas, e os governos deveriam ampliar seus deficits, não cortá-los. Para isso, os políticos precisam se emancipar de Wall Street. A visão é de Heiner Flassbeck, 60, diretor da Divisão de Globalização e Estratégias de Desenvolvimento da Unctad (Conferência da ONU para o Comércio e Desenvolvimento). Para o economista, que foi vice-ministro de Finanças da Alemanha (1998-1999), a recessão de agora pode ser pior, prolongada.

Flassbeck defende o enxugamento do mercado. E, para ativar o capitalismo, prega uma regra simples: aumento de salários. Professor da Universidade de Hamburgo, ele estará no Brasil na próxima semana para um seminário promovido pelo Centro Internacional Celso Furtado.



Folha - Qual é a natureza da crise?

Heiner Flassbeck - Os mercados produzem bolhas e, em certo momento, todas elas explodem. Temos uma economia de bolhas. A economia cresce porque temos essas bolhas, não o contrário. Agora há um grande perigo de que todas as novas bolhas, de commodities, moedas, ações, patrimônio, estourem.

Está ficando pior?

Sim, pois os governos estão tentando reduzir os seus deficits. Será mais difícil lutar contra uma nova recessão. Nos EUA, na Europa e no Japão, não há recuperação sustentável: o emprego está estagnado, os salários não estão subindo -então não há consumo privado- e todos querem exportar. O resto do mundo não consegue crescer em ritmo suficiente para absorver essas exportações.

E qual é a saída?

Uma forte regulação nos mercados financeiros, impedindo apostas de cassino e forçando investimentos reais. Um sistema monetário global diferente, no qual as moedas não sejam determinadas pelo mercado. E nova regulamentação para as commodities, na qual seus preços não sejam mais determinados pelo mercado financeiro.

Por que os governos não fazem nada a respeito?

Muitos políticos não entendem o que ocorre. É preciso uma nova geração, que não dependa de Wall Street.

Os mercados estão forçando nova socialização das perdas?

Com a política nos EUA, é difícil imaginar novo resgate. O governo está bloqueado pelo Congresso. Muitos governos hesitarão em salvar bancos. Por isso, essa recessão pode ser pior e mais profunda que a anterior. O cenário mais provável talvez seja o de uma recessão do tipo da japonesa.

Pior que a de 1929?

Não diria pior, mas pelo menos comparável. Corremos o risco de fazer o mesmo erro de 1929: cortar gasto público no meio da recessão. Em 2008, a reação dos governos conteve a recessão. Agora, não se pode esperar muito do lado monetário e o fiscal está bloqueado politicamente.

Mas ortodoxos defendem corte de deficit.

Estão ansiosos por matar [John Maynard] Keynes novamente. Por isso chamam a crise, claramente causada pelos mercados financeiros, de "crise da dívida dos governos". Não tem nada a ver com crise da dívida. Os governos pagaram alguns jogadores irresponsáveis das finanças, e por isso a dívida dos governos é maior do que há cinco anos. É luta ideológica contra os governos. Nada a ver com pesquisa acadêmica séria.

O que o capitalismo pode fazer para gerar crescimento?

Os salários médios precisam subir conforme a produtividade da economia. É uma regra simples, não seguida na América Latina no passado; hoje está melhor. Na Ásia entenderam isso. Mas na Europa, nos EUA e no Japão, os salários não estão crescendo. Eles são o componente mais importante para a demanda privada. O capitalismo não funciona sem aumento do salário dos trabalhadores.

O tamanho do sistema financeiro deve diminuir?

Ele precisa encolher. Essa é a grande tarefa dos políticos.

Leia a íntegra da entrevista

folha.com/no957772

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#) | [Comunicar Erros](#)

cifras & letras

CRÍTICA ECONOMIA

Ousadia de Prebisch rompeu ortodoxia da América Latina

Economista argentino revelou contradições entre o centro e a periferia

Spencer Platt - 25.set.2008 /Getty Images/France Presse



Manifestação em frente ao símbolo financeiro de NY; crise reacendeu teorias de Prebisch

ELEONORA DE LUCENA
DE SÃO PAULO

Quando entrou na faculdade de economia em Buenos Aires, Raúl Prebisch se decepcionou. Os professores só usavam textos estrangeiros, pareciam dar aula em Londres e não na América do Sul. Era início do século 20 e a elite argentina parecia se contentar em fornecer carne aos ingleses, de quem compravam manufaturas. A escola refletia essa dependência. Prebisch resolveu estudar sozinho, trabalhou, pesquisou e inovou. Mostrou furos na teoria clássica. A dinâmica entre

países ricos e pobres era desigual, provocava dependências. Ousou e criou a concepção de "centro e periferia". A industrialização era necessária para o desenvolvimento. Esse é o núcleo de "Raúl Prebisch, a Construção da América Latina e do Terceiro Mundo", de Edgar Dosman.

A narrativa mostra uma história de altos e baixos, deslumbramentos e frustrações, subserviências e ousadias. Não é só uma biografia do argentino, mas também dos organismos multilaterais construídos no século passado para discutir economia, comércio e desigualdades.

Prebisch (1901-1986), tido como o "Keynes latino-americano", teve uma ascensão meteórica na burocracia estatal argentina. Ainda sob a influência da ortodoxia, errou seu diagnóstico sobre a crise de 1929, subestimando-a. No entreguerras, viu que o clima era de salve-se-quem-puder e jogou a teoria neoclássica no lixo.

Seu foco era fortalecer o Estado para salvar a Argentina, abalada com as vertiginosas mudanças que significariam a queda dos britânicos (de quem dependiam) e o avanço dos norte-americanos. Queria organizar a economia, taxar os ricos, deslanchar a indústria. Angustiado, escreveu: "Quando o campo sofre na Argentina, todos sofrem, exceto os rentistas".

É dele a concepção do Banco Central argentino, depois exportada para diversos países. No BC, montou uma equipe que se autodenominou um "cartel de cérebros". Teve muitos revezes. Trabalhou com ditadores, enredou-se nas negociações comerciais com ingleses, cedeu dados sigilosos de empresas alemãs e americanas e foi duramente atacado pela esquerda.

Depois, quando quis ir para o FMI, foi vetado pelos EUA. "Os EUA haviam usado Prebisch quando ele era poderoso. Agora que estava fraco, podia ser descartado", escreve Dosman, 70, doutor por Harvard e professor de ciência política da Universidade de York, no Canadá.

O autor aponta como a integração regional era importante para o economista (ele chegou a imaginar um embrião de Mercosul).

Descreve em minúcias os processos que resultaram na criação da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) e da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento).

Há exagero no relato do vai-e-vém diplomático. Nesse ponto, a leitura se arrasta no emaranhado de personagens e agendas. Dosman também trata dos conflitos do argentino com Celso Furtado. O brasileiro, que foi censurado pelo então líder da Cepal, ficou perplexo quando Prebisch aplicou na Argentina um plano ortodoxo, no rígido estilo do FMI.

O livro traz os equívocos e os acertos de Prebisch, que foi

idolatrado e execrado. Relata como, até o final da sua vida cheia de cargos importantes e salamaleques, precisou se preocupar em ter um trabalho para pagar suas contas. Eram outros tempos.

RAÚL PREBISCH

AUTOR Edgar Dosman

EDITORA Contraponto

QUANTO R\$ 80,00 (656 págs.)

AVALIAÇÃO Bom

FOLHA.com

Leia entrevista com Edgar Dosman

www.folha.com/me948443

Governo veta em 2012 aumento real a aposentado

A presidente Dilma Rousseff vetou regra que previa reajuste acima da inflação em 2012 para aposentados e pensionistas da Previdência que ganham mais de um mínimo. O reajuste para quem ganha o piso salarial seguirá a variação do salário mínimo. **Poder A15**

ORÇAMENTO
Fazenda teme
projetos que
aumentam
gastos públicos
Pág. A15 ▶

Governo teme projetos que elevam gastos

Avaliação de técnicos da equipe econômica é que, se aprovadas, 'medidas transformariam o Brasil em uma Grécia'

Ao menos cinco projetos no Congresso ameaçam as contas do governo, que tem cobrado apoio de aliados nas votações

**NATUZA NERY
GUSTAVO PATU
MARIA CLARA CABRAL**
DE BRASÍLIA

O tom parece apocalíptico, mas é usado por técnicos do governo para definir o risco de o Congresso Nacional aprovar uma leva de propostas com grande impacto fiscal. Nas palavras de integrantes da equipe econômica, um aumento brusco dos gastos públicos faria o Brasil "se transformar em uma Grécia" em pouquíssimo tempo.

Ao menos cinco projetos são apontados como espécie de bomba-relógio para o Orçamento da União do ano que vem. Além do choque nas contas, teme-se o efeito cascata de reajustes salariais aos servidores federais.

Duas crises distintas motivam essa preocupação: lá fora, a alta dívida no mundo desenvolvido e seu impacto no Brasil. Aqui, o desejo de setores de uma base parlamentar insatisfeita em dar "o troco" no governo.

A combinação desses dois fatores fez com que a presidente Dilma Rousseff pedisse, na semana passada, apoio do Legislativo para enfrentar os efeitos de uma desaceleração mundial.

METAS

A frase não se referia somente à necessidade de voto

favorável a eventuais medidas de combate à crise. Implícito estava um apelo para que as bancadas aliadas não impusessem ao Executivo elevações críticas de despesas públicas.

A comparação com a Grécia, embora metafórica, já é usada em gabinetes do Palácio do Planalto como sinal de alerta. O país europeu está no topo de uma das mais sensíveis situações fiscais do Primeiro Mundo. Suas dívidas estão em patamares considerados proibitivos.

A dívida do Brasil não chega hoje a ser elevada pelos padrões globais, mas é cara: os títulos brasileiros têm prazos curtos e juros altos em razão do elevado gasto público e histórico de moratória, confisco e renegociações em décadas passadas.

Depois de dois anos de descumprimento das metas fiscais, o governo quer evitar novo descontrole. Planeja, se necessário, vetar textos aprovados no Congresso ou brigar no Supremo Tribunal Federal para revertê-los.

O reajuste dos servidores do Judiciário e do Ministério Público da União lidera o ranking das preocupações de Dilma. O aumento representaria impacto de quase R\$ 8 bilhões em 2012.

Nesse caso, preocupa não só a conta salgada, mas a corrida salarial que seria desen-

cadeada no funcionalismo, ainda mais com a proximidade do calendário eleitoral.

PISO

Na lista de propostas indigestas está a que fixa piso salarial para policiais, a chamada PEC 300. A regulamentação do texto pode acabar obrigando a União a pagar parte da conta Dos Estados.

Apesar do clima de rebelião na base, o líder do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), descartou a possibilidade de qualquer uma dessas propostas que criam gastos entrar na pauta de votações ainda neste semestre.

Para evitar qualquer chance de susto, adotou a tática de só votar medidas provisórias. Ele cita ainda a regulamentação da emenda 29, que amplia o montante de dinheiro investido na saúde.

Atualmente, 7% da arrecadação total da União deve ser destinada a investimentos na saúde. Alguns congressistas querem elevar esse percentual para 10%.

Economistas defendem cautela para baixar juros

DE SÃO PAULO

Contumazes defensores da redução dos juros, economistas chamados "desenvolvimentistas" dizem que o governo pode aproveitar a crise econômica internacional para baixar taxas, mas que não deve fazê-lo imediatamente.

O professor Yoshiaki Nakano argumenta que ainda há pressões inflacionárias e, por isso, não se pode cortar

logo os juros.

"Mas [a crise] pode ser uma boa oportunidade", diz.

Para o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, é preciso agir com cautela, mas acredita que o corte será feito. Não agora, mas em breve.

"Se tiver outra rodada de incentivos nos EUA, haverá nova pressão no câmbio. Como o governo [brasileiro] vai manter uma taxa de juros como essa?", questiona Belluz-

zo. Para quem isso provocaria pressão ainda maior de valorização do real.

Já o ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira disse que o governo "não parece que vai resolver isso", referindo-se à valorização do real.

"Estão empurrando o problema com a barriga", diz.

Os economistas participaram ontem de seminário na Fundação Getulio Vargas, em São Paulo.

Dilma veta proposta de aumento real a aposentado

Reajuste do salário mínimo será repassado

LORENNA RODRIGUES
DE BRASÍLIA

A presidente Dilma Rousseff vetou regra que previa reajuste acima da inflação, em 2012, para aposentados e pensionistas da Previdência que ganham mais de um salário mínimo, incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pelo Congresso.

Dilma vetou outros 44 pontos da lei, entre eles o teto de 0,87% do PIB para o déficit nominal (resultado que considera o pagamento dos

juros da dívida), a limitação dos gastos com custeio da máquina e a prioridade das emendas parlamentares.

Aposentados e pensionistas que ganham o piso salarial terão o benefício reajustado de acordo com a variação do salário mínimo, que leva em conta a variação do PIB de dois anos antes mais a inflação do ano anterior.

Segundo o Ministério do Planejamento, o governo entende que não é adequado prever reajuste real na LDO e que o melhor dispositivo para isso é a proposta de lei orçamentária, que a presidente enviará ao Congresso até o fim do mês. Não há garantia que o aumento será incluído no projeto do Orçamento.

O deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força Sindical, disse que apresentará emendas para garantir o aumento real a todos os aposentados em 2012.

O governo justificou o veto à meta de déficit nominal alegando que isso limitaria a ação da política monetária para cumprir a meta de inflação.

Foi vetada ainda a previsão de que toda a emissão de títulos da dívida pública teria que constar da lei orçamentária, o que sinalizaria emissões estratégicas e permitira aos agentes econômicos anteciparem seus movimentos no mercado de títulos.

Colaborou ANA CAROLINA OLIVEIRA, de Brasília

BOMBA-RELÓGIO

Projetos em discussão no Congresso e seu impacto no Orçamento de 2012



REAJUSTE A SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Mudança no plano de carreiras, com aumento de salários



APOSENTADORIA

Fim do fator previdenciário (mecanismo que reduz os valores recebidos por quem se aposenta mais cedo)



REAJUSTE A SERVIDORES DO JUDICIÁRIO

Mudança no plano de carreiras, com aumento de salários

* Valor da economia média anual entre 1999 e 2010

** Segundo o governo. O custo real dependerá do texto final da emenda constitucional no Congresso; o texto da Câmara cria um fundo contábil da União para complementar o piso, que só seria definido posteriormente



COMPARAÇÃO

R\$ 800 bi
foi o total aproximado de receitas estimado para o Orçamento de 2011

Economistas defendem atuação do BC no câmbio

Para eles, 'queda leve do real' ajudaria a indústria

MARIANA SCHREIBER
DE SÃO PAULO

A desvalorização do real é necessária para melhorar o desempenho da indústria nacional, mas uma elevação muito intensa da taxa de câmbio pode afetar negativamente o mercado interno e ter efeito inverso.

Essa é a avaliação atual de alguns economistas desenvolvimentistas que tradicionalmente defendem o câmbio desvalorizado como impulsionador das exportações e do crescimento industrial.

Segundo Ricardo Carneiro, da Unicamp, um alta muito intensa do dólar diminuiria o poder de compra do brasileiro e deixaria os bancos

mais cautelosos na liberação de crédito. Ele defende uma desvalorização cambial leve.

"Agora, o mais importante no momento é proteger o mercado interno das importações, não expandir exportações. O mercado externo está em contração", disse ontem num seminário da FGV e do Centro Celso Furtado.

Fernando Nogueira Costa, também da Unicamp, observa que uma desvalorização cambial forte elevaria muito a inflação. Isso exigiria um arrocho monetário que reduziria o crescimento, diz.

Na sua opinião, o governo vem agindo adequadamente ao segurar um queda maior do dólar com compras no mercado à vista, taxação de investimentos de curto prazo e de operações no mercado de derivativos de câmbio.

Para Francisco de Souza, consultor do BNDES, essas medidas teriam mais eficácia se houvesse uma política cambial integrada. Ele citou os juros altos que atraem mais dólares e contribuem para a valorização do real.

07/2011 - 06h41

América Latina é mais autônoma em relação aos EUA, diz Dosman

PUBLICIDADE

ELEONORA DE LUCENA

DE SÃO PAULO

A América Latina está mais autônoma em relação aos EUA. O Brasil desempenha um papel-chave para conter nacionalismos e precisa controlar suas próprias tentações. A crise atual vai aumentar o protecionismo.

As avaliações são de Edgar Dosman, cientista político e professor da Universidade de York, no Canadá, onde é pesquisador do Centro York de Estudos Internacionais e de Segurança.

Ele lança no Brasil o livro "Raúl Prebisch, a Construção da América Latina e do Terceiro Mundo", biografia do estruturalista argentino que construiu a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), imaginou a integração regional e defendeu a industrialização no continente.

A seguir, trechos da entrevista que concedeu à **Folha**. Dosman estará no Brasil em agosto para o lançamento do livro.

Folha - Como o sr. qualifica a situação na América Latina, os blocos econômicos e a emergência da China na região?

Edgar Dosman - É complexa. A arquitetura regional está em transição com numerosas iniciativas simultâneas, incluindo o esforço liderado pelo Brasil para consolidar a comunidade sul-americana. A criação de um novo processo latino-americano exclui os Estados Unidos e o Canadá e desafia a tradicional máquina interamericana centrada na Organização dos Estados Americanos (OEA). Há o experimento da Alba. Também o México faz uma nova aliança no Pacífico, com os países andinos. O processo de integração regional, que começou em 1960, teve uma segunda fase com a formação de blocos subregionais, como o Mercosul e o Nafta. Agora há um terceiro período, de conteúdo ainda indefinido. Todos os blocos existentes têm problemas de legitimidade, incluindo o Mercosul e o Nafta. A Alca está morta. O que é certo é que a América Latina tem hoje muito mais autonomia em relação aos EUA do que tinha no passado. Não apenas como resultado da afluência de atores poderosos como a China e a Índia, o que favorece um sistema econômico internacional multipolar, como também pelas conquistas macroeconômicas feitas a duras penas pelos governos latino-americanos, que deram uma resposta anticíclica à recessão de 2008. O declínio da influência norte-americana também reflete, é claro, a paralisia do governo de Washington, o que afeta o seu prestígio.

A questão do nacionalismo está de volta?

O Mercosul tomou o lugar da rivalidade militar entre Brasil e Argentina, com uma comunidade segura. Foi uma grande conquista. Também a diplomacia conteve crises como a entre Equador e Colômbia, administra as relações com a Venezuela, e aceita a liderança do Brasil no Haiti. É possível que a nova aliança do Pacífico alivie as tensões entre Chile e Peru. Mas há desafios. Na América hispânica, há ressentimentos em relação ao poder do Brasil. Algumas das antigas rivalidades continuam (Chile-Bolívia, Colômbia-Venezuela, América Central etc), complicando o diálogo continental. A questão do crime na região precisa ser constantemente atacada. O principal fator de sucesso será a

qualidade da liderança brasileira. Como líder regional, o país tem a responsabilidade de conter o nacionalismo e, mais do que isso, controlar suas próprias tentações.

Com a crise internacional, o protecionismo vai aumentar?

Com as incertezas da crise econômica internacional, é provável o aumento do protecionismo, pelo menos no curto prazo --os governos nada aprendem com a história. Novos acordos regionais ou limitados de cooperação, como os Brics, podem ser o foco da política de comércio internacional se o sistema global multilateral falhar. Os Estados Unidos e a União Europeia encaram fortes pressões internas em tempos de ansiedade e de paralisia política.

Qual sua visão do Mercosul?

Tem apoio forte, apesar das tensões. Enquanto existe hoje o início de um diálogo continental, o escopo da integração dos sistemas produtivos é muito mais profundo. O desafio continua sendo a disparidade na região entre países em diferentes níveis de capacidades e desenvolvimento.

A crise trouxe volta as ideias de Keynes e de Prebisch?

Sim. Wall Street redescobriu o Estado quando encarou a bancarrota e arrancou dinheiro de Washington. Agora Wall Street e o Partido Republicano voltaram à verbosidade pré-crise, da desregulamentação dos mercados. Mas o dilema político não está resolvido e pode haver surpresas. A questão chave do fracasso de mudanças no EUA é o poder de Wall Street sobre Washington. O vocabulário estruturalista de Prebisch não só está de volta como está sendo aplicado em alguns países como ponto de partida para novas análises da economia. Mesmo o FMI trocou seu tom na questão da desregulação dos fluxos de capital. Seu núcleo acredita que o capitalismo gera insabibilidade e crise e que há fraturas estruturais na economia global. Isso não só foi aceito em teoria, mas foi aplicado na prática, como se observa nas estratégias anti-cíclicas do pós-2008, com a criação de ferramentas estatais para apoiar o desenvolvimento e as políticas sociais. Brasil e Chile são os melhores exemplos na América Latina da visão de Prebisch.

O Brasil tem se beneficiado da alta nos preços das commodities. A indústria está sendo afetada. O que fazer?

Em todo o período de explosão de commodities e de créditos a questão surge. Na visão de Prebisch, o sistema econômico como um todo precisa de mover para a frente de forma conjunta, com um forte suporte estatal provendo infraestrutura e desenvolvimento. Com um Estado forte e azeitado promovendo o setor privado, as commodities têm um papel positivo, como na Noruega. Mas minério, madeira, soja e petróleo carregam consigo um perigoso potencial, como no caso da doença holandesa --danificam as perspectivas de longo prazo e aumentam a dependência do país em mercados instáveis. Em resumo, é vital aumentar a produção de maior valor agregado, o mercado doméstico e o desenvolvimento de recursos humanos apesar dos ganhos extraordinários nas exportações de commodities.

Qual o legado de Prebisch?

Prebisch contribuiu na teoria econômica, na construção de instituições, nas políticas de desenvolvimento e na diplomacia. Muito das suas proposições --controvertidas naquele tempo-- são agora aceitas como sabedoria convencional: integração regional, produção com valor agregado, convergência Norte-Sul, acordo global para o desenvolvimento internacional, inteligência estatal etc. Desde a morte de Prebisch, em 1986, o mundo mudou muito, mas as suas ideias fazem parte da memória regional, enriquecendo-a. Sua principal

contribuição é dar perspectiva a especialistas e executivos que estão se confrontando agora com a urgência de estabelecer um novo paradigma de desenvolvimento para a região.

O período do "Consenso de Washington" prejudicou a discussão de suas ideias?

Sim. O neoliberalismo privilegia as forças do mercado. Prebisch insistiu no que chamou de "inteligência estatal": manter o equilíbrio entre mercados, com o Estado fazendo a moldura para o crescimento da economia. O Consenso de Washington moveu o pêndulo para os mercados desregulados e comprometeu o desenvolvimento nacional e a governança multilateral. As ditaduras na região, apoiadas por Washington, reagiram contra a doutrina da Cepal. As ditaduras complicaram o processo de integração regional. Mas o que sabotou a disseminação de suas ideias foi o momento: as ditaduras e o período neoliberal que começou com a recessão selvagem a partir da crise da dívida de 1982. Outro fator foi o conhecido conservadorismo das faculdades de economia, combinado com a onda de teóricos marxistas na região, que também rejeitavam Prebisch.

"Raúl Prebisch, a Construção da América Latina e do Terceiro Mundo"

Autor: Edgar Dosman

Editora: Contraponto

Páginas: 656

Quanto: R\$ 80

Jornal da Tarde

‘União errou ao assegurar reajuste ao mínimo’

Francisco Carlos de Assis

O ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, criticou nesta terça-feira o fato do governo federal ter assumido para o próximo ano um reajuste de 14% do salário mínimo, em termos nominais, e de 7,5% em termos reais.

“Foi um erro completo”, disse o economista que preside workshop Novo Desenvolvimentismo em uma Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento, que é realizada no Salão Nobre da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo.

O ex-ministro fez a afirmação ao responder pergunta da Agência Estado sobre a avaliação ao veto da presidente Dilma Rousseff ao artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012 que assegurava aumento real para as aposentadorias acima de um salário mínimo. “Sou a favor de qualquer medida contrária à indexação”, disse o economista.

Bresser Pereira acrescentou que tem escrito e publicado vários artigos favoráveis à desindexação. “Estou de pleno acordo com a presidente Dilma, no que diz respeito ao veto”, atestou. Citou ainda um projeto de lei de autoria do senador Lindemberg Faria (PC do B-RJ) que teria sido apresentado ao Congresso, cujo teor seria a proibição de qualquer cláusula indexatória em novos contratos.

Bresser Pereira acredita que o governo manterá o compromisso de reajustar o salário mínimo com base na inflação e no crescimento do PIB dos últimos dois anos. Mas ressaltou que reprova a decisão.

Análise:

Raúl Prebisch, a ascensão da China e o Terceiro Mundo

Carlos Lessa | Para o Valor, do Rio
29/07/2011

A coruja do conhecimento, geralmente, levanta voo ao entardecer. As grandes passagens da economia mundial produzem revoadas de corujas. Destas, muitas fazem a releitura de antigos pensadores deixados, provisoriamente, de lado. Essa releitura auxiliará a construção de novas interpretações. Hegel falava da fácil sabedoria da visão retrospectiva, ou seja, como o curso histórico tem suas razões, a releitura permite explicitar algumas delas. Entretanto, a criação intelectual que ilumina o amanhã exige o que Nietzsche denominava "espírito de águia", que não teme se debruçar sobre o abismo.



Divulgação

*Edgar Dosman:
Prebisch não excluía
apoio a um setor
primário forte*

Li "Raúl Prebisch (1901-1986): A Construção da América Latina e do Terceiro Mundo", de Edgar Dosman, editado pela Contraponto em parceria com o Centro Internacional Celso Furtado. Uma biografia exaustiva e rigorosa, do ponto de vista documental, do economista argentino que escreveu o livro "O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Principais Problemas", conhecido como "Manifesto Latino-Americano", divulgado em Havana em 1949. Nele, Prebisch demonstrou que a distribuição de benefícios do crescimento mundial era desigual entre o centro e a periferia e se aprofundava secularmente, pois a dinâmica dos ciclos de comércio exterior favorecia, a longo prazo, as economias já industrializadas e dominantes.

Prebisch demonstrou que a distribuição de benefícios do crescimento mundial era desigual entre o centro e a periferia e só se aprofundava

O alicerce ortodoxo da economia política clássica inglesa foi a teoria ricardiana de comércio exterior. Seu teorema dos custos comparativos "justificava" como maximizante para todos os integrantes do comércio internacional a especialização nos bens que produzia com maior eficiência. Se cada país se especializasse e obtivesse, pelo comércio internacional, aquilo que tinha menor produtividade interna, haveria o máximo bem-estar das economias interligadas. David Ricardo construiu o argumento perfeito para a hegemonia inglesa, nação que sediou a Primeira Revolução Industrial. Investir, intelectual e politicamente, contra a ortodoxia do país dominante foi a prática dos pais fundadores dos Estados Unidos. Alexander Hamilton defendeu a ideia da industrialização como essencial ao padrão de vida e à soberania nacional das 13 ex-colônias. Friedrich List, em 1841, publica "O Sistema Nacional de Economia Política",

que se sucedeu à Zollverein, união aduaneira alemã, de 1834. List explicita que o projeto nacional de desenvolvimento via industrialização é uma exceção ao livre-câmbio e livre-comércio. A Revolução Meiji realiza uma modernização à força no Japão, sob o argumento de que sacrifícios no presente produziram felicidade no futuro. A França, de Napoleão III, também critica Ricardo e defende a prioridade da industrialização nacional. O denominador histórico comum de todas essas experiências de industrialização consiste na adesão ao livre-câmbio e livre-comércio, tão logo esteja consolidada sua maturidade industrial. Foram poucas as nações que se industrializaram e nenhuma nação latino-americana, no século XIX e década iniciais do século XX.

Uma retórica geopolítica pretendendo superar o atraso pela boa convivência de nações foi recorrente. Por exemplo, o brasileiro Rui Barbosa, que conhecia a heterodoxa visão de finanças industrializantes dos fundadores americanos, defendeu o "desenvolvimento" da periferia na famosa e inútil 2ª Conferência de Haia, em 1907. Após a Primeira Guerra Mundial e no umbral da Grande Crise de 1929, Mihail Manoïlesco, ministro da Indústria e Comércio da Romênia, defendeu, em "Teoria do Protecionismo e da Permuta Internacional", a industrialização como único caminho para a superação do atraso. Essa defesa explicitou o argumento-chave de indústria nascente e das relações interindustriais de um sistema industrial nacional. O brasileiro Roberto Simonsen, presidente do Centro das Indústrias de São Paulo, traduziu e publicou, em 1931, o trabalho do economista romeno. A ideia da industrialização como projeto nacional impregnou a gestão Getúlio Vargas durante os anos 30 e a Segunda Guerra Mundial. O ideal de produzir as máquinas que fazem máquinas apareceu no discurso do obelisco, precedendo o governo Vargas, que realizou uma política keynesiana antes da publicação do clássico livro de Keynes.

Ouso dizer que a obra de Prebisch, menos pelo pioneirismo e mais pela oportunidade, decisão, habilidade e poder mobilizador, foi um voo de coruja decisivo para o esforço latino-americano de superação do atraso. O conceito de América Latina foi consolidado e tornado, em alto nível de abstração, homogêneo pela crítica atualizada e politizada da ortodoxia das economias dominantes. Prebisch, com visão política historicamente correta, evitou refletir sobre as estruturas internas dos países latino-americanos. Apesar do trabalho intelectual de economistas latino-americanos como Aníbal Pinto Santa Cruz e Celso Furtado, que mergulharam na heterogeneidade e na formação histórica singular de cada país latino-americano, o sonho bolivariano da integração recebeu um forte estímulo a partir do Manifesto, de Prebisch, e do trabalho dos estruturalistas da Cepal.

Em tempos de crise, a coruja voa revitalizando o passado, porém o fato mais relevante do momento atual é o desenvolvimento da China e não pode ser atribuído a nenhuma receita ortodoxa de livre-comércio e livre-câmbio. Não é uma economia de mercado. Regula - de perto e com instrumentos estatais variados, discriminatórios e poderosos - finanças, câmbio e atuação empresarial. O maior sucesso nacional do momento é, em si, questionador frontal da ortodoxia neoliberal.

Prebisch, hoje, teria se debruçado sobre a experiência chinesa e chamaria a atenção para a geopolítica dominante que a China vem fazendo no chamado Terceiro Mundo.

Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa é professor emérito de economia brasileira e ex-reitor da UFRJ. Foi presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Notas

WORKSHOP

FGV promove curso de economia

SÃO PAULO // A Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP), em parceria com o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, realizará entre os dias 15 e 16 de agosto, a partir das 9 horas, na FGV, Rua Itapeva, 432, o workshop: Novo Desenvolvimentismo e uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento.

JUAN NOVAES | PB

Plano de voo

LILIANA LAVORATTI liliana@dci.com.br

Desenvolvimentismo

A Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, em parceria com o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, realizará em 15 e 16 deste mês o *workshop* "Novo Desenvolvimentismo e uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento".

Notas

ECONOMIA

FGV terá workshop

SÃO PAULO // A Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP) em parceria com o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento realizará, entre os dias 15 e 16 de agosto, a partir das 9 horas, na FGV, o *workshop* "Novo Desenvolvimentismo e uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento".

Agenda

Desenvolvimento

A Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, em parceria com o Centro Internacional Celso Furtado, realizará workshop sobre desenvolvimento. Entre os palestrantes, estará Luiz Bresser-Pereira.

Data: 15 e 16 de agosto

Horário: 9h

Local: Rua Itapeva, 432, SP

□ **Economia**

Mundo rico deve ter estagnação longa, dizem desenvolvimentistas

Texto publicado em 16 de Agosto de 2011 - 08h38

Os países desenvolvidos devem enfrentar um longo período de estagnação econômica, num cenário em que Estados Unidos e Europa deixam os estímulos fiscais em segundo plano, os salários não acompanham a evolução da produtividade e a política monetária pouco afeta a atividade.

Reunidos ontem num seminário na Fundação Getulio Vargas (FGV), economistas desenvolvimentistas traçaram esse diagnóstico para a economia global, considerando mais provável um quadro de vários anos de baixo crescimento do que uma ruptura como a que sucedeu a quebra do Lehman Brothers, em setembro de 2008. A era de preços de commodities nas alturas tende a ficar para trás, afetando o Brasil, grande exportador de produtos primários.

O economista Thomas Palley, do instituto de políticas públicas New America Foundation, vê o cenário de uma longa estagnação nos países desenvolvidos como o cenário mais provável. "No curso dessa estagnação, contudo, haverá mais recessões", afirmou, avaliando que acabou o tempo de recuperações rápidas dos países mais industrializados. Um dos motivos é a separação entre o crescimento dos salários e da produtividade, um fator crucial para estimular a demanda, que deixou de ser uma realidade no mundo desenvolvido a partir dos anos 80, quando, segundo ele, o receituário keynesiano foi abandonado.

O economista-chefe da Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad, na sigla em inglês), Heiner Flassbeck, também considera o divórcio entre os salários médios e a produtividade como um fator crucial para explicar a dificuldade do mundo desenvolvido em retomar o crescimento. É o que se passa nos EUA e no Japão, disse ele, destacando que salários em alta são fundamentais para impulsionar a demanda. Como Palley, Flassbeck participou ontem do primeiro dia do seminário "O novo desenvolvimentismo e uma nova macroeconomia do desenvolvimento", organizado pela Escola de Economia de São Paulo da FGV e pelo Centro Celso Furtado.

O economista Ricardo Carneiro, da Unicamp, também aposta num cenário de baixo crescimento por um longo período. Segundo ele, a digestão de uma crise financeira como a de 2008 costuma levar muito tempo para ser digerida, dado a necessidade de se reduzir o endividamento. A recuperação de crises desse tipo, disse Carneiro, é difícil mesmo quando se tomam as decisões corretas, o que não está longe de ocorrer

nos EUA e na Europa. Com famílias endividadas e empresas sem investir, o impulso teria que vir do setor público, afirmou ele, mostrando ceticismo quanto a uma retomada do crescimento via exportações, já que essa estratégia não pode favorecer todos os países ao mesmo tempo.

Carneiro tampouco vê grande espaço para a ação da política monetária, com os juros próximos de zero no mundo desenvolvido. Caberia aos governos estimular a economia, caminho que não deve ser trilhado nem pelos EUA e nem pela Europa, pelo contrário.

O professor Luiz Gonzaga Belluzzo, da Unicamp, também vê como imprescindível o uso da política fiscal neste momento, lamentando que o impasse político nos EUA tenha travado essa alternativa. As duas rodadas de afrouxamento quantitativo (a política do banco central americano de comprar títulos públicos e privados) tiveram pouco efeito sobre a demanda, segundo ele. Nesse cenário, o que se pode esperar é crescimento baixo no países ricos.

Esse cenário de estagnação não combina com preços de commodities elevados, o que terá impacto sobre o Brasil. Para Palley, aliás, os brasileiros têm se mostrado otimistas demais. O país, observou ele, depende muito das altas cotações de produtos primários, que devem sofrer num momento em que os países desenvolvidos, ainda 70% da economia global, tendem a ficar estagnados. Além disso, não está claro se a China conseguirá crescer ao ritmo dos últimos anos, já que o país exporta muito para os EUA e para a Europa e há o risco de ocorrer algum problema no sistema bancário chinês.

Fonte: Valor Econômico

Reportagem de capa: Biografia resgata o legado do economista argentino Raúl Prebisch, líder da Cepal e da teoria desenvolvimentista latino-americana.

Prebisch e o continente

Diego Viana | De São Paulo
29/07/2011

No turbilhão das crises, o conhecimento acumulado sobre o funcionamento da economia muitas vezes é questionado e as vozes de economistas heterodoxos passam a soar mais atraentes. Assim como as livrarias alemãs puderam comemorar em 2008 uma discreta corrida por edições atuais de "O Capital", de Karl Marx, o terremoto no mercado financeiro americano naquele ano foi celebrado como um renascimento da teoria keynesiana.

Beto Nejme



Foi também no ano da crise que chegou às livrarias dos EUA e do Canadá a biografia de Raúl Prebisch (1901-1986), o economista argentino que, para muitos, é o "Keynes latino-americano". Escrita por Edgar Dosman, da Universidade de York, no Canadá, "Raúl Prebisch: a Construção da América Latina e do Terceiro Mundo" tem publicação prevista no Brasil para o dia 15, em parceria do Centro Internacional Celso Furtado (CICF) com a editora Contraponto.

"O fim de 2008 foi o momento perfeito para sair o livro, porque assinala o começo de uma crise que pode vir a ser um colapso global", diz o autor. O lançamento permite resgatar a memória do pai da teoria estruturalista do desenvolvimento econômico. Prebisch, segundo Dosman, foi o primeiro economista a estender a teoria ao mundo em desenvolvimento e a enxergar a América Latina como uma entidade à parte. A tradução prática de seu pensamento foi a liderança da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). Grandes economistas brasileiros, como Celso Furtado (1920-2004) e Maria da Conceição Tavares, beberam na fonte de Prebisch.

O caos econômico dos anos 1930 desnudou, para o economista, a fraqueza da teoria hegemônica de comércio internacional

"Acredito que sei o que Prebisch recomendaria para o Brasil neste momento de boom de commodities e risco de desindustrialização", diz Dosman. Ao contrário do que se possa imaginar de um economista que preconizou o protecionismo e intervenção estatal para industrializar países periféricos, substituindo importações de manufaturados por produção local, Prebisch apoiava um setor primário forte. A explosão de commodities

pode ser usada a favor do Brasil, se o país não se descuidar de ampliar as condições de produzir com alto valor agregado.

"Uma das vantagens da idade é ter acompanhado o ir e vir dos ciclos econômicos", comenta o autor. O próprio Prebisch presenciou uma alta acentuada de preços de produtos agrários na década de 20. "Levando em consideração as mudanças de humor do mercado de commodities, a pergunta passa a ser: o que é preciso fazer para se manter como potência industrial?"

Para Dosman, que vem ao Brasil no mês que vem para uma série de seminários organizados pelo CICF, Prebisch diria aos governos latino-americanos que encarassem o boom das commodities como temporário. A recomendação seria administrar a situação para evitar a "doença holandesa", ou seja, desindustrialização por dependência de um único produto exportado. "Não se pode esquecer que os países só têm sucesso se contarem com uma infraestrutura física, intelectual e produtiva que garanta o desenvolvimento de longo prazo", alerta Dosman.

Como Keynes, Prebisch desenvolveu suas teorias a partir da experiência traumática da Grande Depressão, que atingiu a economia argentina com uma violência particularmente atroz. O país era, até então, um dos mais prósperos do mundo, com sua economia assentada sobre a exportação de carne bovina e trigo para a Europa. A implosão do comércio mundial carregou consigo o país platino, que atravessou o violento período conhecido como "década infame".

Prebisch, nascido em Tucumán, filho de um imigrante alemão com uma descendente de aristocratas coloniais, era então um economista ortodoxo e diretor-geral do Banco Central de seu país, que também fundou. Atravessou no BC, onde trabalhou de 1930 a 1945, períodos turbulentos da crise e presenciou a ascensão do populismo de Juan Domingo Perón (1895-1974), que se tornaria seu desafeto. A magnitude do caos econômico dos anos 1930 desnudou, aos olhos do economista, as fraquezas práticas da teoria hegemônica de comércio internacional, fundada sobre o conceito de vantagens comparativas de David Ricardo (1772-1823). Para o economista inglês, os países devem se especializar na produção daquilo em que têm maior eficiência, para ampliar o comércio e gerar maior riqueza.

Fabiano Cerchiari/Valor



Para Simão Davi Silber, da USP, a tese de Prebisch é falha porque se baseia no pior período da história do comércio internacional

Uma das razões encontradas por Prebisch para explicar que os benefícios da vantagem comparativa não fossem repassados aos países periféricos, segundo o economista Nelson Marconi, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e organizador do seminário paulistano sobre o argentino, foi a escassez de mão de obra nas sociedades industriais. Em consequência, os salários eram mais altos, porque os empresários tinham de investir em qualificação dos operários. "A vantagem comparativa chegava ao bolso do operário europeu, mas não ao camponês latino-americano", diz Marconi. Na crise, Prebisch observou que os preços do trigo e da carne argentinos despencaram com violência maior do que os de manufaturados. Os resultados foram divulgados na ONU (Organização das Nações Unidas) em 1949, com o texto "O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Principais

Problemas". Ao mesmo tempo, o economista alemão Hans Singer (1910-2006) chegava a conclusões semelhantes, de tal maneira que a teoria ficou conhecida como tese Prebisch-Singer.

O rebento da observação de Prebisch seria a teoria estruturalista do desenvolvimento econômico, que marca a ruptura do argentino com a ortodoxia. "O desenvolvimentismo da Cepal foi uma teoria muito importante para sua época", assinala o economista da FGV Luiz Carlos Bresser-Pereira, ex-ministro da Fazenda. "Foi a base de todo o desenvolvimento no Brasil, no México, no Chile e, em menor escala, na Argentina." Ironicamente, no país de Perón, Prebisch era persona non grata. Seus dois breves retornos à terra natal, como conselheiro dos presidentes Pedro Aramburu, em 1955, e Raúl Alfonsín, em 1983, foram desastrosos. "Ninguém queria escutar seus conselhos. Ele era associado ao 'antigo regime', período em que presidiu o Banco Central", diz Dosman.

"A vantagem comparativa nessa relação de comércio chegava ao bolso do operário europeu, mas não ao camponês latino-americano"

O ostracismo de Prebisch contrasta com o renome de que goza o outro grande economista heterodoxo do continente, o brasileiro Celso Furtado. O autor do monumental "Formação Econômica do Brasil" foi um prolífico colaborador de Prebisch na Cepal, além de amigo do argentino. "Prebisch deu o pontapé inicial", segundo Marconi. "Furtado ampliou a teoria e introduziu a questão da desigualdade de renda, que faltava."

Quando se conheceram, no Chile, o brasileiro era um jovem economista promissor. Prebisch, segundo Dosman, logo reconheceu nele um colega brilhante. "Era uma admiração mútua. Prebisch admirava a integridade pessoal de Furtado." A colaboração durou décadas, mas houve discordâncias, que chegaram a um breve rompimento em 1957. "Ambos tinham vontades fortes... eram 'machos alfa'", brinca o biógrafo.

Uma explicação para os destinos divergentes reside no acesso aos textos de ambos. Enquanto Furtado legou uma bibliografia ainda amplamente estudada, Prebisch escreveu apenas profissionalmente. Como diz seu biógrafo, "ele assinava como chefe de pesquisas, na Cepal e na Unctad. Seus textos individuais, para apresentação na ONU, ficaram indisponíveis". O projeto de publicar os manuscritos e correspondências do economista argentino avança lentamente.

"O estruturalismo entende que o processo de desenvolvimento implica uma mudança estrutural na composição da produção", diz Marconi. A necessidade de industrializar, ponto fundamental das ideias de Prebisch, é parte de um estímulo generalizado à demanda, por intervenção estatal ou investimento externo, à medida que uma economia deixa de ser primária. No horizonte situa-se um "ponto de maturidade", com consumo de massa e uma demanda de perfil mais sofisticado, em que a população exige serviços públicos, educação, saúde, lazer.

Segundo Bresser-Pereira, o desenvolvimentismo de Prebisch, Furtado e outros autores tem o mérito de reconhecer na economia um pensamento social e, portanto, histórico, em oposição à teoria neoclássica, que se pretende a-histórica. À exceção do pioneiro

Reino Unido, aponta Bresser-Pereira, "todos os países que se industrializaram no século XIX protegeram a produção local": França, EUA, Alemanha, Japão.

Ao fim da Grande Depressão dos anos 1930, os governos latino-americanos tomaram interesse pelas teses da Cepal, que prometiam desenvolvimento e proteção contra novas recessões. A substituição de importações, ponto inaugural da doutrina, foi buscada no Brasil, no México, no Chile e em outros países. Nas décadas seguintes, o crescimento do continente foi um dos mais fortes do mundo e a estrutura econômica e social na região foi radicalmente transformada. As cidades cresceram com as fábricas. Mas ao fim da década de 1970, o quadro era outro: inflação, estagnação, crises políticas e ditaduras.



O ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser-Pereira defende um desenvolvimentismo inspirado nas ideias de economistas como Raúl Prebisch

O desenvolvimentismo e as teses da Cepal foram relegadas a um plano secundário a partir da década seguinte, quando as teorias neoclássicas voltaram ao centro dos debates e o Consenso de Washington tomou forma. O próprio Raúl Prebisch foi esquecido e esquecido morreu, no Chile, em 1986. "A hipótese de Prebisch e Singer era muito ruim. Ela se baseava em dados apenas do período mais terrível da história do mercado mundial, que foi a Grande Depressão", argumenta o economista Simão Davi Silber, da Universidade de São Paulo (USP). Segundo Silber, as pesquisas empíricas revelam o oposto daquilo que diagnosticou o economista argentino: quem exporta commodities está em situação melhor do que o exportador de produtos industriais. "A história não corrobora a hipótese. A melhor maneira de verificá-lo é comparar o desempenho da América Latina com o Sudeste Asiático, onde a substituição de importações foi abandonada tão logo perceberam o erro."

O confronto entre latino-americanos e asiáticos em matéria de desenvolvimento também atrai os defensores do estruturalismo. Bresser-Pereira lembra que a substituição de importações é uma "pequena fase inicial de industrialização", cujo substrato é, nas palavras de Nelson Marconi, "um forte investimento na qualificação da mão de obra", com vista a galgar as etapas de desenvolvimento e reestruturar o sistema econômico. Um erro do Brasil, lamenta Marconi, foi não investir no capital humano. O modelo de industrialização que importou a matriz tecnológica foi concentrador de renda e não colaborou para atingir fases mais avançadas de desenvolvimento.

Agência Estado



Raúl Prebisch

"A substituição de importações funcionou bem até os anos 1960", diz Bresser-Pereira. "Os asiáticos começaram assim e saíram rápido." Embora não se baseassem no pensamento de Raúl Prebisch, os economistas e burocratas daquele continente são pragmáticos, segundo Bresser-Pereira, e "olham para como a economia funciona de verdade". Países como a China e a Índia são encarados como exemplos de sucesso de políticas desenvolvimentistas.

Bresser-Pereira conclui que o erro latino-americano foi demorar a sair da etapa de substituição de importações. As raízes dessa

demora podem ser políticas, já que as massas recém-incorporadas à economia urbana e industrial se tornaram um eleitorado atraente para os líderes do continente. "Por trás das ideias de Prebisch está um ativismo governamental pronunciado, daí o fato de ter caído no gosto do nacional-desenvolvimentismo latino-americano", afirma Simão Silber, ressaltando o caráter estatista da teoria heterodoxa da Cepal.

O renascimento do interesse pelo keynesianismo e por teorias centradas no desenvolvimento, a partir da crise de 2008, se faz acompanhar de um olhar mais benevolente para a atuação do Estado. "A estratégia do novo desenvolvimentismo é crescer com estabilidade, mas defendendo um Estado mais participativo", diz Bresser-Pereira. Nesse modelo, o Estado deixa de ser produtor, dono de empresas, e se torna indutor de investimentos privados. "O estágio de desenvolvimento é outro. Não precisamos mais fazer a revolução industrial e capitalista", diz. "Já existe uma classe de empresários capazes de investir."

Marconi lamenta que o Brasil tenha passado tantas décadas investindo na modernização da estrutura sem modernizar também a formação da mão de obra. "Só agora esse problema está sendo atacado no Brasil." O desenvolvimentismo de hoje, segundo Marconi, é a corrente que chama a atenção para a necessidade de agregar valor à produção, seja no setor industrial ou nos serviços mais dinâmicos.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#) | [Comunicar Erros](#)

RUBENS RICUPERO

Prebisch e Furtado

Economistas foram os únicos latino-americanos capazes de elaborar pensamentos originais sobre o desenvolvimento

Morto há 25 anos, Prebisch continua atual no cenário de retrocesso da industrialização no Brasil e na América Latina, da dependência das commodities e da volta do debate sobre a "questão nacional". Nada melhor assim do que ler a magistral biografia sobre Raul Prebisch e seu tempo, do professor canadense Edgar J. Dosman, traduzida por iniciativa do Centro Celso Furtado (em coedição com a Contraponto, a ser lançada em São Paulo em 15 de agosto).

A relação fecunda, às vezes conflitiva entre Celso Furtado e Prebisch recebe no livro o relevo que merece. O autor reconhece como decisiva a contribuição intelectual do jovem ex-expedicionário brasileiro na edificação do arcabouço teórico da CEPAL, a Comissão Econômica da ONU para a América Latina, liderada pelo economista argentino.

A infeliz decisão de impedir a divulgação do estudo da economia mexicana dirigido por Furtado levou este último a romper em 1957 com Prebisch, do qual era considerado o natural sucessor. Na descrição do episódio, Dosman não esconde os erros e fraquezas de seu biografado. Sertanejo destemido, Celso perde no terreno do poder, mas sai vitorioso na coerência e integridade moral. Reconciliados mais tarde, os dois se tornariam os únicos latino-americanos capazes de criar pensamento original sobre o desenvolvimento com profunda e duradoura influência no mundo. Mais do que simples biografia, o livro traz de volta as grandes discussões no Brasil do pós-guerra sobre a "questão nacional", isto é, a passagem definitiva do estágio herdado da economia colonial e dependente para o de um desenvolvimento voltado à integração do mercado nacional.

Ressoam na obra os ecos da polêmica provocada pelas conferências ortodoxas de Jacob Viner, a defesa por Gudin e Bulhões da opção pelas vantagens comparativas do Brasil em agricultura, contrapostas aos partidários da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e da implantação de indústria de bens de capital.

À luz de hoje é curioso ler sobre as ameaças de Roberto Campos e do governo Castelo Branco ao instituto de pesquisas criado por Prebisch por ter este abrigado em Santiago "esquerdistas" conspícuos como Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort...

Fica da leitura o sabor melancólico de que, como todo profeta, Prebisch foi mais seguido pela China e países asiáticos do que em sua própria terra. A industrialização que ele pregava não era a mera substituição de importações com protecionismo. Essa não passava da etapa inicial da conquista de competitividade mediante a exportação de manufaturas a mercados externos.

Quem aplicou de modo correto a estratégia foram os chineses.

Lograram, por isso, escapar da periferia e se converterem no centro da nova distribuição internacional do trabalho. Enquanto isso, o Brasil e a América Latina continuam a gravitar na periferia.

Só mudaram, uma vez mais, de centro de dependência.

As commodities latinas não são muito diversas das do passado.

Apenas voltaram aos bons preços que durante décadas criaram a prosperidade ilusória da Argentina. Até a crise de 1930 acarretar o colapso que marcou para sempre a vida de Prebisch. Será diferente esta vez?

Desenvolvimentismo de Raúl Prebisch é resgatado EU& Fim de Semana



Capa Biografia resgata legado do economista argentino Raúl Prebisch, líder da Cepal e da teoria desenvolvimentista latino-americana. Texto de Diego Viana. Leia também artigo de Carlos Lessa. Concepção visual da capa de Beto Nejme. **Pág. 4**



Um economista latino-americano

Biografia e seminários trazem de volta o pensamento de Raúl Prebisch, pioneiro do desenvolvimentismo

Leia também artigo de Carlos Lessa

Prebisch e o continente

Biografia resgata o legado do economista argentino Raúl Prebisch, líder da Cepal e da teoria desenvolvimentista latino-americana. Por **Diego Viana**, de São Paulo

No turbilhão das crises, o conhecimento acumulado sobre o funcionamento da economia muitas vezes é questionado e as vozes de economistas heterodoxos passam a soar mais atraentes. Assim como as livrarias alemãs puderam comemorar em 2008 uma discreta corrida por edições atuais de "O Capital", de Karl Marx, o terremoto no mercado financeiro americano naquele ano foi celebrado como um renascimento da teoria keynesiana.

Foi também no ano da crise que chegou às livrarias dos EUA e do Canadá a biografia de Raúl Prebisch (1901-1986), o economista argentino que, para muitos, é o "Keynes latino-americano". Escrita por Edgar Dosman, da Universidade de York, no Canadá, "Raúl Prebisch: a Construção da América Latina e do Terceiro Mundo" tem publicação prevista no Brasil para o dia 15, em parceria do Centro Internacional Celso Furtado (CICF) com a editora Contraponto.

"O fim de 2008 foi o momento perfeito para sair o livro, porque assinala o começo de uma crise que pode vir a ser um colapso global", diz o autor. O lançamento permite resgatar a memória do pai da teoria estruturalista do desenvolvimento econômico. Prebisch, segundo

Dosman, foi o primeiro economista a estender a teoria ao mundo em desenvolvimento e a enxergar a América Latina como uma entidade à parte. A tradução prática de seu pensamento foi a liderança da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). Grandes economistas brasileiros, como Celso Furtado (1920-2004) e Maria da Conceição Tavares, beberam na fonte de Prebisch.

"Acredito que sei o que Prebisch recomendaria para o Brasil neste momento de boom de commodities e risco de desindustrialização", diz Dosman. Ao contrário do que se possa imaginar de um economista que preconizou o protecionismo e intervenção estatal para industrializar países periféricos, substituindo importações de manufaturados por produção local, Prebisch apoiava um setor primário forte. A explosão de commodities pode ser usada a favor do Brasil, se o país não se descuidar de ampliar as condições de produzir com alto valor agregado.

"Uma das vantagens da idade é ter acompanhado o ir e vir dos ciclos econômicos", comenta o autor. O próprio Prebisch presenciou uma alta acentuada de preços de

produtos agrários na década de 20. "Levando em consideração as mudanças de humor do mercado de commodities, a pergunta passa a ser: o que é preciso fazer para se manter como potência industrial?"

Para Dosman, que vem ao Brasil no mês que vem para uma série de seminários organizados pelo CICF, Prebisch diria aos governos latino-americanos que encarassem o boom das commodities como temporário. A recomendação seria administrar a situação para evitar a "doença holandesa", ou seja, desindustrialização por dependência de um único produto exportado. "Não se pode esquecer que os países só têm sucesso se contarem com uma infraestrutura física, intelectual e produtiva que garanta o desenvolvimento de longo prazo", alerta Dosman.

Como Keynes, Prebisch desenvolveu suas teorias a partir da experiência traumática da Grande Depressão, que atingiu a economia argentina com uma violência particularmente atroz. O país era, até então, um dos mais prósperos do mundo, com sua economia assentada sobre a exportação de carne bovina e trigo para a Europa. A implosão do comércio mundial carregou consigo o país platino, que atravessou o violento período

conhecido como “década infame”.

Prebisch, nascido em Tucumán, filho de um imigrante alemão com uma descendente de aristocratas coloniais, era então um economista ortodoxo e diretor-geral do Banco Central de seu país, que também fundou. Atravessou no BC, onde trabalhou de 1930 a 1945, períodos turbulentos da crise e presenciou a ascensão do populismo de Juan Domingo Perón (1895-1974), que se tornaria seu desafeto. A magnitude do caos econômico dos anos 1930 desnudou, aos olhos do economista, as fraquezas práticas da teoria hegemônica de comércio internacional, fundada sobre o conceito de vantagens comparativas de David Ricardo (1772-1823). Para o economista inglês, os países devem se especializar na produção daquilo em que têm maior eficiência, para ampliar o comércio e gerar maior riqueza.

Uma das razões encontradas por Prebisch para explicar que os benefícios da vantagem comparativa não fossem repassados aos países periféricos, segundo o economista Nelson Marconi, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e organizador do seminário paulistano sobre o argentino, foi a escassez de mão de obra nas sociedades industriais. Em consequência, os salários eram mais altos, porque os empresários tinham de investir em qualificação dos operários. “A vantagem comparativa chegava ao bolso do operário europeu, mas não ao camponês latino-americano”, diz Marconi. Na crise, Prebisch observou que os preços do trigo e da carne argentinos despencaram com violência maior do que os de manufaturados. Os resultados foram divulgados na ONU (Organização das Nações Unidas) em 1949, com o texto “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Principais Problemas”. Ao mesmo tempo, o economista alemão Hans Singer (1910-2006) chegava a conclusões semelhantes, de tal maneira que a teoria ficou conhecida como tese Prebisch-Singer.

O rebento da observação de Prebisch seria a teoria estruturalista do desenvolvimento econômico, que marca a ruptura do argentino com a ortodoxia. “O desenvolvimentismo da Cepal foi uma teoria muito importante para sua época”, assinala o economista da FGV Luiz Carlos Bresser-Pereira, ex-ministro da Fazenda. “Foi a base de todo o desenvolvimento no Brasil, no México, no Chile e, em menor escala, na Argentina.” Ironicamente, no país de Perón, Prebisch era persona non grata. Seus dois breves retornos à terra natal, como conselheiro dos presidentes Pedro Aramburu, em 1955, e Raúl Alfonsín, em 1983, foram desastrosos.

“Ninguém queria escutar seus conselhos. Ele era associado ao ‘antigo regime’, período em que presidiu o Banco Central”, diz Dosman.

O ostracismo de Prebisch contrasta com o renome de que goza o outro grande economista heterodoxo do continente, o brasileiro Celso Furtado. O autor do monumental “Formação Econômica do Brasil” foi um prolífico colaborador de Prebisch na Cepal, além de amigo do argentino. “Prebisch deu o pontapé inicial”, segundo Marconi. “Furtado ampliou a teoria e introduziu a questão da desigualdade de renda, que faltava.”

Quando se conheceram, no Chile, o brasileiro era um jovem economista promissor. Prebisch, segundo Dosman, logo reconheceu nele um colega brilhante. “Era uma admiração mútua. Prebisch admirava a integridade pessoal de Furtado.” A colaboração durou décadas, mas houve discordâncias, que chegaram a um breve rompimento em 1957. “Ambos tinham vontades fortes... eram ‘machos alfa’”, brinca o biógrafo.

Uma explicação para os destinos divergentes reside no acesso aos textos de ambos. Enquanto Furtado legou uma bibliografia ainda amplamente estudada, Prebisch escreveu apenas profissionalmente. Como diz seu biógrafo, “ele assinava como chefe de pesquisas, na Cepal e na Unctad. Seus textos individuais, para apresentação na ONU, ficaram indisponíveis”. O projeto de publicar os manuscritos e correspondências do economista argentino avança lentamente.

“O estruturalismo entende que o processo de desenvolvimento implica uma mudança estrutural na composição da produção”, diz Marconi. A necessidade de industrializar, ponto fundamental das ideias de Prebisch, é parte de um estímulo generalizado à demanda, por intervenção estatal ou investimento externo, à medida que uma economia deixa de ser primária. No horizonte situa-se um “ponto de maturidade”, com consumo de massa e uma demanda de perfil mais sofisticado, em que a população exige serviços públicos, educação, saúde, lazer.

Segundo Bresser-Pereira, o desenvolvimentismo de Prebisch, Furtado e outros autores tem o mérito de reconhecer na economia um pensamento social e, portanto, histórico, em oposição à teoria neoclássica, que se pretende a-histórica. À exceção do pioneiro Reino Unido, aponta Bresser-Pereira, “todos os países que se industrializaram no século XIX protegeram a produção local”: França, EUA, Alemanha, Japão.

Ao fim da Grande Depressão dos anos 1930, os governos latino-americanos tomaram interesse pelas teses da Cepal, que prometiam desenvolvimento e proteção contra novas recessões. A substituição de importações, ponto inaugural da doutrina, foi buscada no Brasil, no México, no Chile e em outros países. Nas décadas seguintes, o crescimento do continente foi um dos mais fortes do mundo e a estrutura econômica e social na região foi radicalmente transformada. As cidades cresceram com as fábricas. Mas ao fim da década de 1970, o quadro era outro: inflação, estagnação, crises políticas e ditaduras.

O desenvolvimentismo e as teses da Cepal foram relegadas a um plano secundário a partir da década seguinte, quando as teorias neoclássicas voltaram ao centro dos debates e o Consenso de Washington tomou forma. O próprio Raúl Prebisch foi esquecido e esquecido morreu, no Chile, em 1986. “A hipótese de Prebisch e Singer era muito ruim. Ela se baseava em dados apenas do período mais terrível da história do mercado mundial, que foi a Grande Depressão”, argumenta o economista Simão Davi Silber, da Universidade de São Paulo (USP). Segundo Silber, as pesquisas empíricas revelam o oposto daquilo que diagnosticou o economista argentino: quem exporta commodities está em situação melhor do que o exportador de produtos industriais. “A história não corrobora a hipótese. A melhor maneira de verificá-lo é comparar o desempenho da América Latina com o Sudeste Asiático, onde a substituição de importações foi abandonada tão logo perceberam o erro.”

O confronto entre latino-americanos e asiáticos em matéria de desenvolvimento também atrai os defensores do estruturalismo. Bresser-Pereira lembra que a substituição de importações é uma “pequena fase inicial de industrialização”, cujo substrato é, nas palavras de Nelson Marconi, “um forte investimento na qualificação da mão de obra”, com vista a galgar as etapas de desenvolvimento e reestruturar o sistema econômico. Um erro do Brasil, lamenta Marconi, foi não investir no capital humano. O modelo de industrialização que importou a matriz tecnológica foi concentrador de renda e não colaborou para atingir fases mais avançadas de desenvolvimento.

"A substituição de importações funcionou bem até os anos 1960", diz Bresser-Pereira. "Os asiáticos começaram assim e saíram rápido." Embora não se baseassem no pensamento de Raúl Prebisch, os economistas e burocratas daquele continente são pragmáticos, segundo Bresser-Pereira, e "olham para como a economia funciona de verdade". Países como a China e a Índia são encarados como exemplos de sucesso de políticas desenvolvimentistas.

Bresser-Pereira conclui que o erro latino-americano foi demorar a sair da etapa de substituição de importações. As raízes dessa demora podem ser políticas, já que as massas recém-incorporadas à economia urbana e industrial se tornaram um eleitorado atraente para os líderes do continente. "Por trás das ideias de Prebisch está um ativismo governamental pronunciado, daí o fato de ter caído no gosto do nacional-desenvolvimentismo latino-americano", afirma Simão Silber, ressaltando o caráter estatista da teoria heterodoxa da Cepal.

O renascimento do interesse pelo keynesianismo e por teorias centradas no desenvolvimento, a partir da crise de 2008, se faz acompanhar de um olhar mais benevolente para a atuação do Estado. "A estratégia do novo desenvolvimentismo é crescer com estabilidade, mas defendendo um Estado mais participativo", diz Bresser-Pereira. Nesse modelo, o Estado deixa de ser produtor, dono de empresas, e se torna indutor de investimentos privados. "O estágio de desenvolvimento é outro. Não precisamos mais fazer a revolução industrial e capitalista", diz. "Já existe uma classe de empresários capazes de investir."

Marconi lamenta que o Brasil tenha passado tantas décadas investindo na modernização da estrutura sem modernizar também a formação da mão de obra. "Só agora esse problema está sendo atacado no Brasil." O desenvolvimentismo de hoje, segundo Marconi, é a corrente que chama a atenção para a necessidade de agregar valor à produção, seja no setor industrial ou nos serviços mais dinâmicos.

O caos econômico dos anos 1930 desnudou, para o economista, a fraqueza da teoria hegemônica de comércio internacional

"A vantagem comparativa nessa relação de comércio chegava ao bolso do operário europeu, mas não ao camponês latino-americano"

Raúl Prebisch, a ascensão da China e o Terceiro Mundo

Análise

Carlos Lessa

Para o Valor, do Rio

A coruja do conhecimento, geralmente, levanta voo ao entardecer. As grandes passagens da economia mundial produzem revoadas de corujas. Destas, muitas fazem a releitura de antigos pensadores deixados, provisoriamente, de lado. Essa releitura auxiliará a construção de novas interpretações. Hegel falava da fácil sabedoria da visão retrospectiva, ou seja, como o curso histórico tem suas razões, a releitura permite explicitar algumas delas. Entretanto, a criação intelectual que ilumina o amanhã exige o que Nietzsche denominava “espírito de águia”, que não teme se debruçar sobre o abismo.

Li “Raúl Prebisch (1901-1986): A Construção da América Latina e do Terceiro Mundo”, de Edgar Dosman, editado pela Contraponto em parceria com o Centro Internacional Celso Furtado. Uma biografia exaustiva e rigorosa, do ponto de vista documental, do economista argentino que escreveu o livro “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Principais Problemas”, conhecido como “Manifesto Latino-Americano”, divulgado em Havana em 1949. Nele, Prebisch demonstrou que a distribuição de benefícios do crescimento mundial era desigual entre o centro e a periferia e se aprofundava secularmente, pois a dinâmica dos ciclos de comércio exterior favorecia, a longo prazo, as economias já industrializadas e dominantes.

O alicerce ortodoxo da economia política clássica inglesa foi a teoria ricardiana de comércio exterior. Seu teorema dos custos comparativos “justificava” como maximizante para todos os integrantes do comércio internacional a especialização nos bens que produzia com maior eficiência. Se cada país se especializasse e obtivesse, pelo comércio internacional, aquilo que tinha menor produtividade interna, haveria o máximo bem-estar das economias interligadas. David Ricardo construiu o argumento perfeito para a hegemonia inglesa, nação que sediou a Primeira Revolução Industrial. Investir, intelectual e politicamente, contra a ortodoxia do país dominante foi a prática dos pais fundadores

dos Estados Unidos. Alexander Hamilton defendeu a ideia da industrialização como essencial ao padrão de vida e à soberania nacional das 13 ex-colônias. Friedrich List, em 1841, publica “O Sistema Nacional de Economia Política”, que se sucedeu à Zollverein, união aduaneira alemã, de 1834. List explicita que o projeto nacional de desenvolvimento via industrialização é uma exceção ao livre-câmbio e livre-comércio. A Revolução Meiji realiza uma modernização à força no Japão, sob o argumento de que sacrifícios no presente produziram felicidade no futuro. A França, de Napoleão III, também critica Ricardo e defende a prioridade da industrialização nacional. O denominador histórico comum de todas essas experiências de industrialização consiste na adesão ao livre-câmbio e livre-comércio, tão logo esteja consolidada sua maturidade industrial. Foram poucas as nações que se industrializaram e nenhuma nação latino-americana, no século XIX e década iniciais do século XX.

Uma retórica geopolítica pretendendo superar o atraso pela boa convivência de nações foi recorrente. Por exemplo, o brasileiro Rui Barbosa, que conhecia a heterodoxa visão de finanças industrializantes dos fundadores americanos, defendeu o “desenvolvimento” da periferia na famosa e inútil 2ª Conferência de Haia, em 1907. Após a Primeira Guerra Mundial e no umbral da Grande Crise de 1929, Mihail Manoïlesco, ministro da Indústria e Comércio da Romênia, defendeu, em “Teoria do Protecionismo e da Permuta Internacional”, a industrialização como único caminho para a superação do atraso. Essa defesa explicitou o argumento-chave de indústria nascente e das relações interindustriais de um sistema industrial nacional. O brasileiro Roberto Simonsen, presidente do Centro das Indústrias de São Paulo, traduziu e publicou, em 1931, o trabalho do economista romeno. A ideia da industrialização como projeto nacional impregnou a gestão Getúlio Vargas durante os anos 30 e a Segunda Guerra Mundial. O ideal de produzir as máquinas que fazem máquinas apareceu no discurso do obelisco, precedendo o governo Vargas, que realizou uma política keynesiana antes da publicação do clássico livro de Keynes.

Ouso dizer que a obra de Prebisch, menos pelo pioneirismo e mais pela oportunidade, decisão, habilidade e poder mobilizador, foi

um voo de coruja decisivo para o esforço latino-americano de superação do atraso. O conceito de América Latina foi consolidado e tornado, em alto nível de abstração, homogêneo pela crítica atualizada e politizada da ortodoxia das economias dominantes. Prebisch, com visão política historicamente correta, evitou refletir sobre as estruturas internas dos países latino-americanos. Apesar do trabalho intelectual de economistas latino-americanos como Aníbal Pinto Santa Cruz e Celso Furtado, que mergulharam na heterogeneidade e na formação histórica singular de cada país latino-americano, o sonho bolivariano da integração recebeu um forte estímulo a partir do Manifesto, de Prebisch, e do trabalho dos estruturalistas da Cepal.

Em tempos de crise, a coruja voa revitalizando o passado, porém o fato mais relevante do momento atual é o desenvolvimento da China e não pode ser atribuído a nenhuma receita ortodoxa de livre-comércio e livre-câmbio. Não é uma economia de mercado. Regula — de perto e com instrumentos estatais variados, discriminatórios e poderosos — finanças, câmbio e atuação empresarial. O maior sucesso nacional do momento é, em si, questionador frontal da ortodoxia neoliberal.

Prebisch, hoje, teria se debruçado sobre a experiência chinesa e chamaria a atenção para a geopolítica dominante que a China vem fazendo no chamado Terceiro Mundo.

Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa é professor emérito de economia brasileira e ex-reitor da UFRJ. Foi presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES ■

Prebisch demonstrou que a distribuição de benefícios do crescimento mundial era desigual entre o centro e a periferia e só se aprofundava





Para Simão Davi Silber, da USP, a tese de Prebisch é falha porque se baseia no pior período da história do comércio internacional





O ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser-Pereira (acima) defende um desenvolvimentismo inspirado nas ideias de economistas como Raúl Prebisch (à esquerda)



Edgar Dosman: Prebisch não excluía apoio a um setor primário forte

Mundo rico deve ter estagnação longa, dizem desenvolvimentistas

Sergio Lamucci
De São Paulo

Os países desenvolvidos devem enfrentar um longo período de estagnação econômica, num cenário em que Estados Unidos e Europa deixam os estímulos fiscais em segundo plano, os salários não acompanham a evolução da produtividade e a política monetária pouco afeta a atividade.

Reunidos ontem num seminário na Fundação Getúlio Vargas (FGV), economistas desenvolvimentistas traçaram esse diagnóstico para a economia global, considerando mais provável um quadro de vários anos de baixo crescimento do que uma ruptura como a que sucedeu a quebra do Lehman Brothers, em setembro de 2008. A era de preços de commodities nas alturas tende a ficar para trás, afetando o Brasil, grande exportador de produtos primários.

O economista Thomas Palley, do instituto de políticas públicas New America Foundation, vê o cenário de uma longa estagnação nos países desenvolvidos como o cenário mais provável. "No curso dessa estagnação, contudo, haverá mais recessões", afirmou, avaliando que acabou o tempo de recuperações rápidas dos países mais industrializados. Um dos motivos é a separação entre o crescimento dos salários e da produtividade, um fator crucial para estimular a demanda, que deixou de ser uma realidade no mundo desenvolvido a partir dos anos 80, quando, segundo ele, o receituário keynesiano foi abandonado.

O economista-chefe da Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad, na sigla em inglês), Heiner Flassbeck, também considera o divórcio entre os salários médios e a produtividade como um fator crucial para explicar a dificuldade do mundo desenvolvido em retomar o

crescimento. É o que se passa nos EUA e no Japão, disse ele, destacando que salários em alta são fundamentais para impulsionar a demanda. Como Palley, Flassbeck participou ontem do primeiro dia do seminário "O novo desenvolvimentismo e uma nova macroeconomia do desenvolvimento", organizado pela Escola de Economia de São Paulo da FGV e pelo Centro Celso Furtado.

O economista Ricardo Carneiro, da Unicamp, também aposta num cenário de baixo crescimento por um longo período. Segundo ele, a digestão de uma crise financeira como a de 2008 costuma levar muito tempo para ser digerida, dado a necessidade de se reduzir o endividamento. A recuperação de crises desse tipo, disse Carneiro, é difícil mesmo quando se tomam as decisões corretas, o que não está longe de ocorrer nos EUA e na Eu-

ropa. Com famílias endividadas e empresas sem investir, o impulso teria que vir do setor público, afirmou ele, mostrando ceticismo quanto a uma retomada do crescimento via exportações, já que essa estratégia não pode favorecer todos os países ao mesmo tempo.

Carneiro tampouco vê grande espaço para a ação da política monetária, com os juros próximos de zero no mundo desenvolvido. Caberia aos governos estimular a economia, caminho que não deve ser trilhado nem pelos EUA e nem pela Europa, pelo contrário.

O professor Luiz Gonzaga Bel-luzzo, da Unicamp, também vê como imprescindível o uso da política fiscal neste momento, lamentando que o impasse político nos EUA tenha travado essa alternativa. As duas rodadas de afrouxamento quantitativo (a política do banco central ameri-

cano de comprar títulos públicos e privados) tiveram pouco efeito sobre a demanda, segundo ele. Nesse cenário, o que se pode esperar é crescimento baixo no países ricos.

Esse cenário de estagnação não combina com preços de commodities elevados, o que terá impacto sobre o Brasil. Para Palley, aliás, os brasileiros têm se mostrado otimistas demais. O país, observou ele, depende muito das altas cotações de produtos primários, que devem sofrer num momento em que os países desenvolvidos, ainda 70% da economia global, tendem a ficar estagnados. Além disso, não está claro se a China conseguirá crescer ao ritmo dos últimos anos, já que o país exporta muito para os EUA e para a Europa e há o risco de ocorrer algum problema no sistema bancário chinês.

Bresser e Nakano defendem cautela com juro

De São Paulo

Tradicional inimigo da política de juros altos do Banco Central, o ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira e o ex-secretário da Fazenda paulista Yoshiaki Nakano advogam cautela na condução da política monetária neste momento. Embora considerem que as incertezas no cenário internacional justificam interromper o ciclo de alta da taxa Selic iniciado em janeiro, os dois disseram ontem que, dadas as pressões inflacionárias, ainda não é o momento de o BC começar a cortar os juros.

Diretor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Nakano acredita que o espaço para reduzir a Selic deve aparecer no ano que vem. Para ele, o fundamental seria o governo se

empenhar em reduzir gastos correntes como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), o que abriria espaço para elevar o investimento público. Bresser também não recomenda corte imediato dos juros, por trabalhar com um cenário principal em que não há um duplo mergulho da economia americana ou uma piora mais acentuada da situação europeia, embora veja com preocupação a situação dos países do continente.

Caso a crise no cenário externo piore, porém, o BC deve promover reduções fortes da Selic, defendeu Bresser. "Se isso ocorrer, precisam baixar os juros direito", afirmou ele, referindo-se às oportunidades perdidas em momentos anteriores de desaceleração da economia, como em 2008, quando o Banco Central teria sido tímido ao cortar os

juros. Bresser também acha que, numa hipótese de deterioração significativa da economia global, o governo deve responder também com política fiscal. Nesse caso, é preciso aumentar o investimento público e não os gastos correntes.

Já o economista Ricardo Carneiro, da Unicamp, não descartou um corte da Selic ainda na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) dos dias 30 e 31 deste mês. Se os preços de commodities caírem com força e os EUA derem sinais de desacele-

ração forte, é o caso de baixar os juros já, disse Carneiro.

Já Thomas Palley, da New America Foundation, recomendou que o Brasil inicie "ontem" a redução da Selic. "A queda dos juros deveria ter começado há um bom tempo." Segundo ele, os juros afetam os investimentos e contribuem para valorizar o câmbio, ao atrair capitais de curto prazo. A indústria manufatureira tem sido duramente atingida pelo real forte, disse Palley. Os quatro economistas participaram do seminário na FGV. (SL)



Thomas Palley, da New America Foundation: no curso da estagnação, deverá haver várias recessões

Estratégias de combate ao dólar barato dividem até os desenvolvimentistas

Sergio Lamucci
De São Paulo

O câmbio sobrevalorizado já causa estragos relevantes na indústria brasileira, evidenciando a urgência de o governo combater a apreciação do real, concordaram ontem os economistas desenvolvimentistas reunidos na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Houve divergências, porém, sobre o impacto de um câmbio desvalorizado sobre as exportações e sobre a capacidade de alguns setores competirem com a China. Tampouco houve consenso acerca do receituário para lutar contra o dólar barato — taxaço de exportações de commodities e até mesmo a adoção do controle de capitais na saída estiveram em pauta.

O economista Francisco Eduardo Pires de Souza, assessor da diretoria do BNDES, destacou o mau desempenho da indústria no pós-crise. Entre o terceiro trimestre de 2008 e o primeiro trimestre deste ano, a indústria de transformação caiu 0,2%, apesar de a demanda ter crescido com força — nesse período o consumo das famílias avançou quase 14%. As importações abasteceram grande parte dessa demanda. “A queda da competitividade tem levado a um comportamento anêmico da indústria, e que vem se agravando”, disse ele, que participou do seminário “Um novo desenvolvimentismo e uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento”, organizado pela Escola de Economia de São Paulo da FGV pelo Centro Celso Furtado.

Entre 2004 e 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a uma média anual de 4,4%, enquanto a indústria de transformação avançou apenas 2,9%, sinal de que o setor deixou de comandar o avanço da economia. A queda do volume exportado de manufaturados é outro sintoma da dificuldade de

competir da indústria brasileira, notou ele. “O aumento de produtividade na manufatura não compensa a apreciação cambial e elevação de salários”, disse Souza, observando que “o custo unitário do trabalho sobe muito frente a outras economias”. De 2004 a 2010, o custo do trabalho em dólares do setor manufatureiro do Brasil aumentou 129%, enquanto o alemão cresceu 5% e o grego, 32%. “Há segmentos da estrutura industrial brasileira que não terão mais como competir, mesmo com câmbio depreciado. Alguma redução da diversificação industrial parece inevitável.” Segundo Souza, alguns segmentos dos setores de calçados e de vestuário já enfrentavam dificuldades mesmo em 2003 e 2004, quando o câmbio estava muito mais desvalorizado. “Com isso, pelo menos a tarefa parece menos irrealista: não será preciso levar o câmbio de volta ao nível de 2004”, ressaltou Souza, para quem o câmbio precisa se tornar um objetivo central da política econômica, que tem de ser coordenada. A política fiscal, a política monetária e medidas de controle de capitais têm de funcionar de modo orquestrado, o que aumentaria a eficiência do combate à valorização do câmbio.

O economista Ricardo Carneiro, da Unicamp, mostrou ceticismo quanto ao efeito de um câmbio mais desvalorizado sobre as exportações, que hoje se concentram especialmente em commodities, muito menos sensíveis ao nível da moeda que as de manufaturados. Ele considera que alguns setores não vão conseguir competir com a China nem com um câmbio megadepreciado, dada a escala e o baixo custo da mão de obra chinesa.

O impacto maior, segundo ele, tende a ocorrer sobre a capacidade da indústria de competir com os produtos importados no mercado interno. “O câmbio é muito impor-

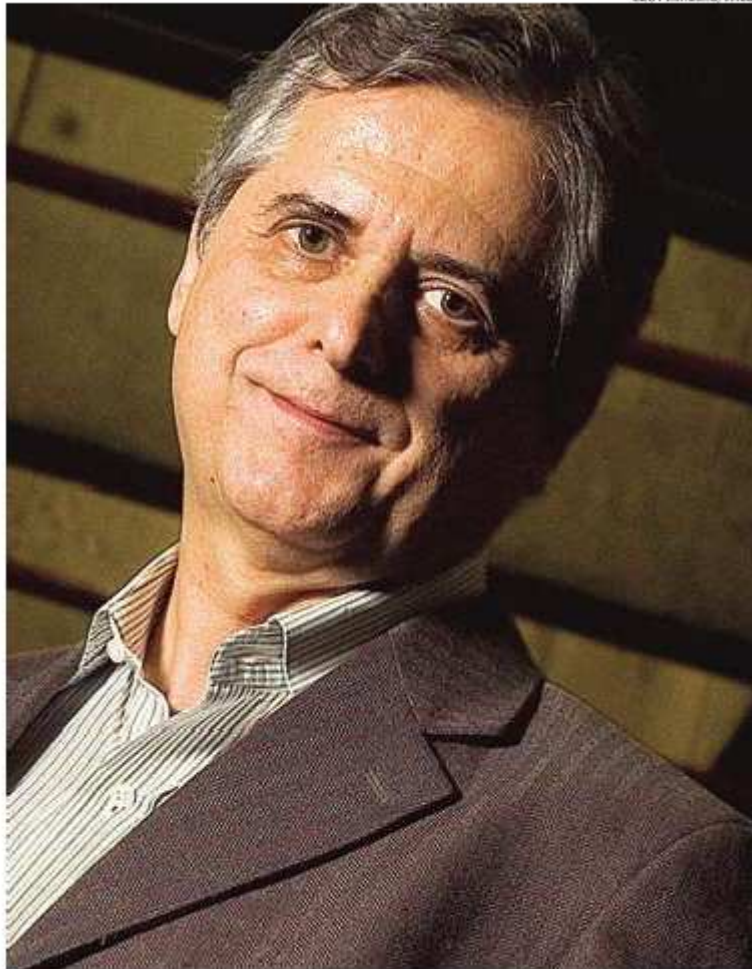
tante e está valorizado demais, mas é preciso cuidado com ele”, disse Carneiro, ressaltando que o modelo de crescimento brasileiro se baseia na demanda doméstica, e não nas exportações.

O ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira discordou de Carneiro. Disse que, no fim dos anos 60, os manufaturados correspondiam a 6% da pauta de exportações. Nos anos 80, esse percentual superava 60%, graças a uma política econômica que estimulou a exportação desses produtos. “O Brasil não está fadado a exportar apenas commodities.” Para Bresser, uma das maneiras de lutar contra a valorização do câmbio é taxar a exportação de alguns produtos primários, como o minério de ferro, de modo a neutralizar a doença holandesa (fenômeno pelo qual as receitas obtidas com commodities apreciam o câmbio e afetam os setores manufatureiros). A outra medida fundamental, segundo ele, é diminuir os juros estratosféricos, que atraem o capital de curto prazo para o país, o que pode ser facilitado com uma política fiscal mais restritiva.

O economista Marco Flavio Resende, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), propôs a adoção de controles de capitais na entrada e na saída do país, para promover uma desvalorização administrada e gradual da taxa de câmbio. Para lidar com eventuais pressões inflacionárias, a política fiscal teria que ser apertada, assim como a política monetária — com esses controles de capitais, os juros altos não contribuiriam para valorizar mais o câmbio. Resende reconheceu a dificuldade política de se implementarem essas medidas.

Souza, aliás, dedicou parte de sua exposição aos motivos que “enfraquecem a vontade política de defender um câmbio competitivo”. Segundo ele, uma razão é que as pressões inflacionárias au-

mentam a tentação de se usar o real como instrumento de política monetária. Outra é que não há crise de balanço de pagamentos à vista, com a melhora dos termos de troca e a forte entrada de capitais. “E a economia cresce há oito anos a um ritmo suficiente para reduzir drasticamente o desemprego.”



Souza, do BNDES: alguma redução da diversificação industrial parece inevitável

Bresser Pereira prevê que economia dos EUA crescerá, mas timidamente

Sergio Lamucci

SÃO PAULO - O ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira não acredita que os Estados Unidos sofram um duplo mergulho, caracterizado por um novo tombo muito forte da atividade. Para ele, o mais provável é um período de expansão muito fraca da economia. "Não há muita diferença entre um baixo crescimento, de 0,5%, e uma pequena recessão, de queda de 0,5%", afirmou Bresser nesta segunda-feira, no seminário Novo Desenvolvimentismo e uma Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento, realizado na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e promovido pelo Centro Celso Furtado. Bresser está mais preocupado com a situação europeia, em que há uma crise da dívida de países como Grécia, Irlanda e Portugal, que pode colocar em risco a saúde dos bancos do continente.

Para o Brasil, Bresser não vê um perigo imediato, por não enxergar um agravamento da crise semelhante ao registrado em 2008, quando houve a quebra do Lehman Brothers. O Brasil deve manter ritmo de crescimento fraco, na visão do ex-ministro, na casa de 4%. A China, grande consumidora das commodities exportadas pelo Brasil, tende a manter uma expansão da economia expressiva, ainda que possa ser um pouco abalada pela estagnação nos EUA e na Europa.

Bresser disse que não é o momento de reduzir os juros no Brasil, porque ainda há pressões inflacionárias, embora elas estejam arrefecendo. Caso a crise no cenário externo piore, porém, ele defende reduções fortes da Selic. "Se isso ocorrer, precisam baixar os juros direito", afirmou, referindo-se às oportunidades perdidas em momentos anteriores de desaceleração da economia, como em 2008, quando o Banco Central teria sido tímido ao cortar os juros.

Ele acha ainda que, se a crise se agravar, o governo deve responder também com política fiscal. "Não há essa coisa de um instrumento para um objetivo." Nesse caso, o ideal seria aumentar o investimento público, e não os gastos correntes.